



ATA ORDINÁRIA Nº 2774/2018

Aos vinte um dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; João Batista Alves Rodrigues (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Luiz Henrique Vieira (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Thiago Martins Souza (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2772 e 2773; 3. Ordem do Dia; 4. Recebimento das emendas ao Regimento (Votação a partir da reunião ordinária do dia 04/09/2018); 5. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h20min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Antes de iniciar gostaria de comunicar o falecimento da esposa do Conselheiro Paulo Jorge na semana passada, hoje foi a Missa de 7º dia. Então, fica o registro aqui, é um conselheiro muito atuante qualquer no CMDUA. Nossas homenagens



48 ao luto dele. O **ITEM 2. Votação das Atas 2772 e 2773**. São da última reunião ordinária e  
49 da última reunião extraordinária. Eu questiono os conselheiros se há alguma observação a  
50 ser feita. Não havendo observação a ser feita, coloco se podemos aprovar as duas atas  
51 em bloco. Quem é favorável, por favor, que se manifeste... (Manifestação fora do  
52 microfone). Poder a senhora pode votar, só não quer votar em bloco. Ok. Então, a Ata da  
53 Reunião Ordinária 2772, em votação. Quem é favorável, por favor, que se manifeste.  
54 (Contagem de votos = 21 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 03 abstenções). Está  
55 justificando o Conselheiro Hermes, que estava ausente. Contrários? (Contagem de votos =  
56 00 votos). **APROVADA A ATA 2772**. Então, a Ata da Reunião Extraordinária 2773/2018.  
57 Quem aprova, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 12 votos). Abstenções?  
58 (Contagem de votos = 12 abstenções). Contrários? Contrário em ata é difícil, né. Nem vou  
59 perguntar mais (Risos). Então, estão registrados os votos. **APROVADA A ATA 2773. ITEM**  
60 **3. Ordem do Dia. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
61 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Questão de Ordem. Presidente, nós recebemos a  
62 convocação para a reunião das 18 às 22 horas. Conversando com os conselheiros, quase  
63 todos, queremos sugerir que não passe das 20h30min. É em função do desgaste e tal.  
64 Caso fiquem pontos de pauta, talvez vá ficar, que veja no decorrer das outras reuniões do  
65 conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
66 **da Sustentabilidade:** Agora são 18h24min. Eu vou contribuir neste ponto de entrarmos na  
67 Ordem do Dia e ver o ritmo que a gente consegue imprimir, porque o ritmo depende, na  
68 verdade, do próprio conselho. se chegar às 20h30min e decidirmos pelo encerramento da  
69 reunião não vejo nenhum problema nisso, mas que a gente, sabendo das necessidades da  
70 cidade e da responsabilidade público que cada um aqui sabe, e não preciso aqui avocar,  
71 que a gente postergue a análise da sua colocação exatamente para às 20h30min. Talvez  
72 nem dure as 2 horas, mas está feito o registro, sem problema algum. Temos um pedido de  
73 inversão de pauta, devidamente justificado, que é o Item 3.09 e 3.08, que o empreendedor  
74 está presente. Então, para não colocar o empreendedor a assistir toda a reunião, como é  
75 de costume deste conselho, é melhor invertermos. Não havendo óbice a gente enfrenta  
76 esses temas primeiro. O João Marcelo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento  
77 Econômico está presente, vou passar a palavra a ele. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
78 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só gostaria  
79 de registrar que o SAERGS junto com a Sociedade de Economia está apresentando uma  
80 proposta substitutiva, que foi bastante discutida com as entidades, com representações. E  
81 não sei quando nós vamos discutir o procedimento, o método de discussão. Como é uma  
82 proposta substitutiva não cabe tratar artigo por artigo. Não sei como vai ser o processo. De  
83 qualquer forma nós protocolamos junto à secretária do conselho. Obrigado. **Maurício**  
84 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
85 **Sustentabilidade:** Está registrado, conselheiro. Inclusive, vou lembrá-los da nossa data  
86 hoje aqui para qualquer emenda. Lembrando que substitutivo é uma emenda. Então, está  
87 devidamente registrado, eu agradeço a lembrança. João Marcelo, por favor. **ITEM 3.09.**  
88 **Expediente 18.0.000064256.4. Interessado: SDU/SMDE. Assunto: Comitê de**  
89 **Desenvolvimento da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro – Indicação dos**  
90 **representantes da sociedade civil organizada, integrantes do CMDUA. Relator:**  
91 **SMDE. João Marcelo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:**  
92 Eu não vou me estender muito. Na verdade, eu estou trazendo quase que um recado, um  
93 informe. Eu até ia passar algo na tela, mas ia se tronar mais demorado. Também podemos  
94 combinar, se tiver interesse, uma reunião extraordinária específica para a gente aprofundar  
95 mais o assunto e não tomar muito o tempo de vocês hoje. Então, hoje eu trabalho na



96 SMDE, com a Patrícia que é minha supervisora. Talvez vocês já tenham escutado falar de  
97 uma expressão, que vem do Estatuto da Cidade, chamada Operação Urbana Consorciada.  
98 Pois bem, o município tem uma experiência de Operação Urbana Consorciada na Lomba  
99 do Pinheiro, aí temos que ter uma atenção do pessoal das regiões. Quando falamos na  
100 Lomba do Pinheiro não estamos falando do Bairro Lomba do Pinheiro, muito menos da  
101 Região de Planejamento Lomba do Pinheiro, mas sim de uma condição que espacialmente  
102 fica delimitada pela macrozona. Na verdade, em 2009 foi promulgada uma lei, produto de  
103 um trabalho de quase uma década na Região da Lomba do Pinheiro, que é a Lei da  
104 Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. Esta lei estabeleceu a criação da Macrozona  
105 10, dentro um regramento específico, que é fruto do trabalho, está expressa nessa Lei nº  
106 630/2009, de uma Operação Urbana Consorciada, para que empreendimentos que tenham  
107 interesse de buscar a região como ponto de partida para desenvolver seus projetos, que a  
108 eles seria oferecido um regime urbanístico diferenciado. É chamado pela lei de Regime  
109 Urbanístico Máximo para a instalação desses empreendimentos e utilização de um aporte  
110 de regime que eles não teriam pelo regime do Plano Diretor, que pela lei foi chamada de  
111 regime urbanístico básico. Não vou me estender muito na lei, mas o que eu trago é o  
112 seguinte: esta utilização de regime urbanístico máximo pressupõe por parte do  
113 empreendedor um aporte de contrapartida, que pode ser financeira, pecuniária ou feita em  
114 obras, serviços ou com unidades habitacionais. Então, para gerenciar esta contrapartida  
115 pecuniária e para definir quais são as prioridades da região, a lei estabelece a criação de  
116 um Comitê Gestor da Operação Urbana Consorciada, que é o que nos interessa para essa  
117 situação. Este comitê tem uma composição análoga ao do CMDUA, do ponto de vista de  
118 ser tripartite e composto por parte governo, parte comunidade, parte entidades. O que me  
119 traz aqui é solicitar ao CMDUA, porque houve a renovação dos seus membros, por um  
120 efeito cascata nós necessitaríamos da renovação de membros deste comitê. Então,  
121 Secretário, podemos depois entrar minuciosamente na questão da lei e do decreto,  
122 analisar os artigos que nos levam a isto para pode entender, mas o que vamos precisar de  
123 vocês, não hoje, mas em algum momento, é que se pautem aqui dentro a eleição das  
124 entidades que vão compor o Comitê de Desenvolvimento da Lomba do Pinheiro. Qual a  
125 regra? É que das entidades que estão presentes hoje eleitas para o CMDUA, entre elas  
126 haja uma eleição e se tire três entidades, titulares e suplentes, seis membros, para compor  
127 o Comitê da Lomba do Pinheiro. Três das entidades que hoje integram o CMDUA. Além  
128 disso, tem uma segunda função que o CMDUA vai ter que cumprir, que é depois de tirar  
129 esta eleição das entidades, formatar um parecer da nominata completado Comitê de  
130 Desenvolvimento, que são os 09 membros, os 03 das entidades eleitos aqui, mais a  
131 indicação das secretarias envolvidas com este comitê. Na ocasião do decreto se falava em  
132 SPM, SMAM e DEMHAB. Hoje sabemos, não é, Furtado? O Furtado é participe da atual  
133 gestão do Comitê, assim como o Dal Molin pelo SINDIMÓVEIS. Hoje o DEMHAB continua  
134 sendo DEMHAB, portanto, é uma indicação mais fácil, não há necessidade de adequação,  
135 mas para as vagas de SPM, SMURB e SMA teríamos que fazer uma adaptação.  
136 Conversamos no Comitê e entendemos que seria interessante que a vaga da SMAM e  
137 SMURB fosse da SMDE e que a SMAM hoje fosse representada pela SMAMS. Com a  
138 observação de que seria interessante dentro da SMAMS, entre titular e suplente, que  
139 trouxesse algum do planejamento urbano e alguém do licenciamento ambiental. As  
140 reuniões, normalmente, são acompanhadas pelos titulares e pelos suplentes. Então,  
141 podem ir os dois, embora para as votações só o titular votará. Basicamente, o recado é  
142 este. A lei fala que a comunidade pode indicar três, sendo um conselheiro, como a  
143 Maristela que já está indicada para este Comitê. Os outros dois da comunidade, da Região



144 7 também, que serão os delegados mais votados em reunião, tirados dentro da  
145 comunidade, que é um processo interno deles. Cabe a Maristela trazer a informação ao  
146 CMDUA para que se incorpore os outros dois nomes também. Basicamente, de minha  
147 parte era isto. Resta agradecer a Aline, que colocou o número do processo SEI, que está  
148 na pauta de hoje, é um processo público, quem tiver mais dúvidas sobre isso pode  
149 consultar no processo as informações desta eleição que precisa ser feita aqui dentro.  
150 Qualquer dúvida estou à disposição. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
151 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Inscrições? Vamos fazer uma  
152 rodada. Rafael, tu estás com apalavra e depois a ÁREA. **Rafael Pavan dos Passos (2º**  
153 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado pela apresentação,  
154 João. A questão, primeiro, qual o prazo que teríamos para esta indicação? E agora mais  
155 para a mesa, se alguma entidade que está no CMDUA também é entidade delegada na  
156 região? Seria uma informação importante para adotar algum critério. E uma questão mais  
157 de fundo é a seguinte: fui informado que o comitê, a operação está sendo conduzida pela  
158 SMDE, pela Lei Complementar nº 810 a SMDE é o órgão que coordena o licenciamento  
159 urbano e a SMAMS é o órgão que coordena o planejamento urbano. Aí surge a minha  
160 pergunta, pela lei é isso... Bom, vamos ler a lei complementar: “Das competências da  
161 SMDE. Planejar, formular, implementar, coordenar, fiscalizar, articular e controlar as  
162 políticas voltadas para as áreas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial,  
163 com atuação no setor econômico...” E a SMAMS cabe, alínea a: “Planejar, coordenar,  
164 articular e controlar as políticas voltadas para a área de proteção ambiental”; e mais  
165 adiante a questão de promover desenvolvimento urbano, etc. e tal. Quer dizer, uma  
166 operação urbana consorciada é um instrumento de licenciamento ou é um instrumento de  
167 planejamento? Se é um instrumento de planejamento, entendo que está lotada na  
168 secretaria errada e conforme a lei. E eu destaco que isto foi objeto de um grande debate  
169 na Câmara, o projeto de lei do executivo sofreu alteração na Câmara justamente por causa  
170 do debate dessas atribuições de ambas as secretarias. Por isso a minha pergunta, ela tem  
171 este fundamento de um debate popular que houve na Câmara. **Darci Barnech Campani**  
172 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** É  
173 um pouquinho mais simples. No documento fala que Regiões 5, 7 e 8. Outra coisa, tu foste  
174 bem claro na tua fala, são as entidades, não as pessoas. Ou seja, qualquer entidade pode  
175 indicar, mas a pessoa a ser indicada não precisa ser conselheiro ou suplente. Só para  
176 deixar claro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
177 **Arquitetura - AREA:** Realmente, o prazo também, mas o Rafael já falou. E assim, não sei  
178 se as entidades também podem pensar, quando a gente indica uma entidade, o titular e  
179 suplente tem que ser de entidade ou nós podemos combinar internamente que talvez  
180 possa ter um titular de entidade e o suplente ser de outra entidade? **Patrícia da Silva**  
181 **Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:**  
182 Eu só queria esclarecer, porque tem sido muito complicado para nós da SMDE sermos  
183 questionados na atuação do nosso trabalho. É o tempo inteiro, o tempo inteiro, nas  
184 comissões, tem sido muito complicado. Eu só quero comentar assim, realmente, eu acho  
185 que é um equívoco ter separado o planejamento. Agora, a atribuição da SMDE, como ela  
186 está trabalhando, também é planejamento. O desenvolvimento urbano a gente trabalha  
187 com estudos de viabilidade, com as contrapartidas, isto está previsto na lei, não é ilegal. O  
188 desenvolvimento urbano também faz parte do planejamento. Quanto à questão da  
189 operação urbana, o fato de desenvolver uma operação urbana, isso sim seria competência  
190 da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Agora, operar a operação urbana, ela  
191 envolve o processo de licenciamento. Então, ela está perfeitamente adequada no SMDE.



192 Nós temos que aprovar empreendimentos, temos que gerenciar a implantação de  
193 empreendimentos. Então, o desenvolvimento da operação sim, está perfeitamente  
194 adequado dentro da SMDE. Eu poderia discorrer e dar vários exemplos de como o nosso  
195 trabalho também é planejamento urbano, mas não vou me alongar nesta discussão aqui,  
196 enfim, está correta a localização da operação consorciada, dentro da SMDE, porque  
197 envolve o processo de licenciamento. **João Marcelo, Secretaria Municipal de**  
198 **Desenvolvimento Econômico – SMDE:** É claro que o trabalho não parou e não está  
199 esperando esta renovação da nominata. Nós acordamos com o atual comitê que enquanto  
200 este ciclo não se completar o comitê continua funcionando com a gestão anterior. Isto é  
201 importante para o trabalho. Eu entendo que nós demoramos muito tempo, eu acho que é  
202 uma mea culpa que a prefeitura tem que fazer, de ter demorado muito tempo para  
203 deflagrar a pavimentação do caminho, a partir de 2009, com a lei. Então, que bom que  
204 estamos conseguindo andar com isso, nós não nos dispomos a parar e esperar por esta  
205 renovação. Eu acho que há mais ou menos 3 anos, até por uma iniciativa da Patrícia,  
206 começamos a mexer com isso, a Patrícia montou uma equipe para mexer com isso e  
207 estamos conseguindo retomar um tempo perdido de 2009 até 2014/2015, por aí. O tempo,  
208 não tem um tempo específico para isso, o quanto antes melhor. Acredito que o tempo que  
209 se gastar para os conselheiros se apropriarem melhor. Não tem prazo para isto, o quanto  
210 antes melhor. Sobre a natureza das entidades, a lei não estabelece que as entidades  
211 precisem ser da região ou ter vínculo com a região, mas sim precisam estar dentro do  
212 CMDUA, consta em lei. Saffer, em princípio a lei não permite que tu possas compor uma  
213 indicação entre titular e suplente com duas entidades diferentes. Em relação à colocação  
214 que tu fazes, Rafa, houve uma mudança administrativa, com impacto significativo na  
215 estrutura da prefeitura. Se eu não me engano, a lei fala em SPM, o decreto do comitê já  
216 vai falar em SMURB e hoje não temos mais a SMURB, a SPM e a SMAM. Hoje a SMAMS  
217 tem outras atribuições, incluindo a do planejamento. Eu acho que tanto o licenciamento  
218 quanto o planejamento urbano tem que estar dentro deste comitê da forma que for  
219 possível. Em parte a operação urbana já é uma lei e já é aplicável a todos os projetos que  
220 vão passar por comissão, por CAUGE, CADAP. Eles vão ter um olhar de licenciamento. O  
221 comitê não tem como função analisar os projetos do ponto de vista da sua pertinência  
222 técnica. Isto vai ser feito em cada comissão, dependendo da característica do projeto que  
223 se institui na Lomba, se ele for objeto de contrapartida, se ele não utilizar o regime  
224 urbanístico máximo nem será objeto de discussão neste comitê. O que vai se discutir no  
225 comitê é a aplicação dos recursos oriundos de contrapartida para os projetos que  
226 utilizarem o regime urbanístico máximo como regime urbanístico para fazer suas contas e  
227 propor seu projeto, seu empreendimento. Então, nesse sentido, tem um coeficiente grande  
228 de licenciamento, que em boa parte é tratado na comissão. E cabe ao comitê definir as  
229 prioridades da região para receber este dinheiro. Também cabe ao comitê definir se este  
230 recurso poderá ser substituído de pecúnia por alguma obra prática a ser feita na região.  
231 Então, eu acho que tem um olhar de implementação do processo, aí temos que ver a  
232 quem compete isso. O que a gente entende hoje é que a adaptação dessa legislação para  
233 a atual situação de estrutura administrativa deveria sim comportar o planejamento urbano,  
234 o meio ambiente, o DEMHAB, porque uma das principais questões da região é a  
235 irregularidade fundiária e do interesse social no que concerne habitação. A SMDE é parte  
236 importante, porque tem este olhar do muito enquanto licenciador. Então, o que tiramos em  
237 reunião é que a SMAMS contemple por ter o planejamento urbano e ambiental, que tem a  
238 SMDE traga o seu olhar licenciador. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos**  
239 **(Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**



240 **Ambiental):** A Macrozona 10 é uma junção de regiões de planejamento, que é um pedaço  
241 da 5, 7 e uma parte da 8. Há algum tempo alguns conselheiros questionaram a não  
242 participação dentro do consórcio da Lomba do Pinheiro. Por quê? Porque alguns projetos  
243 que caem dentro da Macrozona 8 vão atender a Lomba do Pinheiro e não a Macrozona 8,  
244 a mesma coisa a questão da Macrozona 5. A questão da lei consorciada, está sendo útil  
245 até o momento ou não tem muita efetividade? Nós temos que ver bem esta situação, se  
246 está sendo utilitária, está servindo para o desenvolvimento econômico, para o  
247 desenvolvimento urbano e ambiental da região ou se não vem tendo tanta efetividade. Em  
248 relação às contrapartidas, o que já foi arrecadado até o momento em relação a  
249 contrapartidas dos empreendimentos que já se instalaram na Lomba do Pinheiro? Então,  
250 seriam alguns pontos para ver a efetividade dessa lei consorciada. O regime é o mínimo,  
251 se vocês pegarem o regime da Lomba do Pinheiro. Não dá para fazer nada na Lomba do  
252 Pinheiro com aquele regime adotado pela lei consorciada. Então, nós temos que ver a  
253 atual efetividade. Obrigado. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**  
254 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só quero falar, porque eu acho que é uma  
255 das intervenções da cidade mais importante que temos, está durando muitos anos e tem  
256 sido um constante da prefeitura e de outras entidades. Talvez, João Marcelo, fosse  
257 importante tu trazeres para o conselho este histórico, o que está acontecendo. Eu acho  
258 que há muitas perguntas que vão ficar pouco esclarecidas, não vamos ter tempo. Então,  
259 seria legal marcar uma data, tu vires apresentar aqui, porque é uma história muito longa,  
260 muito significativa de uma forma de planejamento importante que se tem tido em Porto  
261 Alegre, com resultados significativos. Então, seria mais importante marcarmos isto para  
262 uma data próxima. Isto poderia até influenciar os representantes a quererem participar da  
263 discussão, os representantes aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
264 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O João Marcelo colocou antes que  
265 veio pautar o assunto, mas este assunto suscita um aprofundamento. O que o Emerson  
266 colocou ali também tenho curiosidade. Vamos pegar um resgate do que a comunidade  
267 ganhou, o que a cidade ganhou nessa história e fazer uma apresentação. Eu acho isso  
268 muito importante e já fica aqui o convite para alinharmos isto, João Marcelo. A última  
269 intervenção é do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**  
270 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Eu tenho três  
271 indagações, a primeira é assim, tu falaste em utilização de recursos, o governo vai bancar  
272 essas operações consorciadas onde tenha algum fundo? Porque amanhã na Câmara terá  
273 a discussão sobre a questão dos fundos, que vai ser centralizado no Fundo de  
274 Desenvolvimento e Habitação, se eu não me engano. Então, esta é a minha primeira  
275 questão, se tem algum fundo que gerencie essas operações, essa operação consorciada.  
276 Nós sabemos que houve todo um trabalho dessa secretaria com a Lomba do Futuro. Tem  
277 alguma relação com a Lomba do Futuro? Qual a relação com este trabalho que foi feito  
278 pela Secretaria de Planejamento? E a terceira, como está sendo feito o levantamento da  
279 regularização das áreas. Se está nesta operação, se tem alguma contrapartida para  
280 regularizar, aí é um papel do DEMHAB também, a participação do DEMHAB, porque existe  
281 muita irregularidade na Lomba do Pinheiro. Isso renderia IPTU, uma série de coisas, já que  
282 o município alega que está com falta de recursos. Então, tem toda uma questão importante  
283 e que pode servir de modelo para outras regiões da cidade também. **Maurício Fernandes,**  
284 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O fundo  
285 pode ser usado, não sei se foi usado ou não, mas em regra o que a Prefeitura de Porto  
286 Alegre tem feito é a contrapartida direta. Então, a operação coloca a aprovação de um  
287 empreendimento, condicionado que este empreendimento execute determinadas obras ou



288 que isso acaba evitando que vá dinheiro para um fundo e a execução se torna direta.  
289 Todas as obras da cidade têm sido feitas desta forma nas últimas décadas. **João Marcelo,**  
290 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Como vocês viram o  
291 objetivo não era abrir toda esta discussão, era mais centrar na necessidade. A Livia foi  
292 muito precisa, por isso que eu sugeri uma apresentação para que todas essas dúvidas...  
293 Tem muitas coisas que foram ditas que não correspondem à realidade. Eu vou tentar  
294 responder rapidamente. A questão da Macrozona 10 não coincidir com uma região de  
295 planejamento, exclusivamente, é verdade, mas, infelizmente, hoje o texto da lei e do  
296 decreto leva para que esta representação da comunidade seja feita pela Região de  
297 Planejamento 7 e por delegados da Região de Planejamento 7. Então, por que aparecem  
298 as outras regiões aqui? Porque, de fato, são regiões lindeiras, nós podemos apresentar  
299 nos mapas na próxima ocasião. O que mais? Lomba do Futuro, sim, tem relação. Na  
300 verdade, eu faço uma constatação analisando todo o processo, as discussões da Lomba  
301 do Futuro vão datar de 1993, 1995, junto com as discussões da 434 e vão culminar em  
302 2009 com o seu principal produto, que é a Lei da Operação Urbana Consorciada. Então,  
303 temos quase uma década de construção de um trabalho exaustivo. Nós temos um marco  
304 regulatório forte, que é a lei seguida do decreto que institui o comitê. O comitê eu acho que  
305 foi instituído em 2015. Tiveram dois decretos, que acabou vingando, que é este de 9  
306 membros, foi 2015, e de 2015 para cá pouco de fez. Na verdade, de 2009 para cá pouco  
307 se fez. Então, são décadas caracterizadas por um intenso trabalho da Prefeitura junto à  
308 comunidade na construção da Lomba do Futuro. Depois vamos poder discutir, mas a  
309 nossa avaliação é que sim, é um excelente trabalho com um excelente resultado. Então,  
310 não condiz muito, Emerson, com o que a gente ouve, de que a lei não deu certo. Se ela  
311 não deu certo, muito também foi por esta imobilidade da prefeitura na segunda década. A  
312 partir do momento em que ela cria a lei e não consegue pavimentar talvez um caminho  
313 para que a gente já tivesse trabalhando com ela em 2009, em novembro. E eu vou  
314 encerrar aqui, mas só dizendo uma questão em relação ao fundo, Secretário. Na verdade,  
315 a lei fala em uma conta e uma conta específica para operação urbana e prevê a situação  
316 pecuniária tal qual prevê as obras e serviços. Não cabe ao governo decidir isso, cabe ao  
317 comitê. Então, o comitê é soberano, inclusive, a própria orientação que a prefeitura possa  
318 vir a dar em relação aos fundos. É uma situação que depois vamos ver como lidar, se vier  
319 acontecer uma canalização de vários fundos, é uma discussão posta, mas não resolvida. É  
320 um problema, vamos ter que ver, porque a lei exige que haja uma raia específica para  
321 utilização e que sim, ela pode ser financeira, ela pode ser monetária. Então, vai haver esta  
322 situação, não precisa haver conflito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
323 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado, João Marcelo. Agora o  
324 Item 3.08. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**  
325 **RGP. 1:** Presidente, eu gostaria de sugerir uma pauta, que o conselho pudesse conhecer a  
326 Lomba do Futuro, porque é um belo trabalho feito por esta Secretaria, para valorizar este  
327 trabalho que construiu esta alternativa para a Lomba do Pinheiro. Obrigado. **Maurício**  
328 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
329 **Sustentabilidade:** Agora o 3.08. Expediente: 002.216638.00.0. Interessado: Country  
330 Club. Assunto: EVU de Parcelamento do Solo. Relator: METROPLAN. **Priscila**  
331 **Zamberlan, Melnick Even:** Boa noite a todos. Eu estou representando o Country Club de  
332 Porto Alegre para sanar qualquer dúvida que, porventura vocês tenham em relação ao  
333 EVU de Parcelamento de Solo. Nós vamos passar uma breve localização, o clube está  
334 atrás da Nilo Peçanha, com regime urbanístico de área institucional. É um desejo do  
335 município o prolongamento da Rua Anita Garibaldi, que passa em cima de uma grande



336 área do Country Club. Então, hoje esta gleba tem 514.000m<sup>2</sup>, está sob regime de área  
337 institucional, regime próprio, tem só o campo de golfe com a sede do clube. O EVU de  
338 parcelamento do Solo foi uma proposta que o clube fez para a prefeitura, destacando 5  
339 áreas. Nós temos a primeira área, em torno de 12.000m<sup>2</sup>, mais duas áreas, frente Líbero  
340 Badaró, uma em torno de 2.000m<sup>2</sup> de área, a segunda 3.700. A Área 3, frente  
341 prolongamento da Av. Marechal Andrea, com em torno de 4.700m<sup>2</sup>. A outra área, quase  
342 frente com a João Wallig, em torno de 7.000m<sup>2</sup>. O restante das matriculas que fazem  
343 frente a Nilo Peçanha, que não são objetos desse parcelamento só solo para um  
344 desmembramento nesta área 4 aqui de cima. Lá em cima a gente marcou o impacto do  
345 prolongamento da Rua Anita Garibaldi, a futura Carlos Legory. E a remanescente, que  
346 continuará sendo como área institucional do clube, com 463.000m<sup>2</sup> de área. Como é uma  
347 área de interesse institucional e não tem regime urbanístico definido, está dentro da  
348 Subunidade 1, e o entorno imediato a gente tem a subunidade 2, 4, 3 e 5, onde durante  
349 todo o trâmite da CAUGE a SMDE fez um estudo aprofundado do regime urbanístico do  
350 entorno para justamente definir esse regime urbanístico para essas cinco áreas  
351 destacadas que serão destinadas ao mercado imobiliário. Então, de acordo com o parecer  
352 da equipe da Patrícia, ficou colocado que o município vai criar uma Subunidade 5, que é  
353 onde está marcada a projeção de uma agenda. Esta Área 1 tem um impacto do  
354 prolongamento da Anita Garibaldi, ficou definido que o índice de aproveitamento é de 1,3,  
355 baseado no estudo do entorno, a volumetria de 33m. Os dois lotes com frente para a  
356 Líbero Badaró, que ficaram definidos com um índice de aproveitamento 1,3 e volumetria  
357 33. A Área 3 que está impactando na faixa de 60m, proveniente da Subunidade 2, frente  
358 Nilo Peçanha, ganha nessa faixa 60 a possibilidade de ter volumetria 52, com índice de  
359 aproveitamento 1,3. E no restante do triângulo, lá atrás, está dentro dessa Subunidade 5,  
360 que vai ser criada, que é a altura de 33m. A Área 4, que tem a parte que vai ser  
361 lembrada aqui na frente, tem o mesmo direito da área anteriormente explicada. A gente  
362 tem o direito de ter a faixa de 60m, proveniente da Subunidade 2, que está impactando na  
363 Av. Nilo Peçanha e na Av. João Wallig, e o restante do terreno também com altura de 33m.  
364 Todos esses regimes que estamos falando vão passar por um projeto de lei, que já foi  
365 aberto, a minuta está sendo desenvolvida pela equipe da Patrícia. O Processo SEI já foi  
366 aberto. Nós tínhamos uma área de invasão junto a esta área que faz frente para a João  
367 Wallig, com o impacto do prolongamento da Anita Garibaldi, estavam invadidas, o Clube  
368 PAC fez o contato direto com os invasores, custeou a realocação deles e hoje a área está  
369 liberada para início das obras. Este processo teve um termo de compromisso celebrado  
370 em fevereiro de 2018, onde o clube acordou com o município que faria a doação  
371 antecipada das áreas para fazer o prolongamento da Anita Garibaldi, que é de interesse do  
372 município há muitos anos, sendo que 20% das áreas destacadas serão doação, que  
373 equivale a 6.170,56. E o restante do impacto da Av. Anita Garibaldi, que é de 21.000m<sup>2</sup>, o  
374 clube recebe como TPC coringa para ser utilizado em qualquer área da cidade. Este  
375 prolongamento da Anita Garibaldi é uma contrapartida do Iguatemi, que até o momento  
376 não foi executada por questões de desapropriação, que graças ao termo de compromisso  
377 e disponibilidade do clube em doar antecipadamente, ela vai poder ser executada. É isto,  
378 gente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
379 **Sustentabilidade: METROPLAN, por favor. Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente),**  
380 **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN:** Boa noite. Hoje  
381 estou como marinheira de primeira viagem, estou inaugurando a participação, porque sou  
382 suplente da Fernanda. Vou diretamente ao ponto, em relação a este parcelamento da  
383 Melnick junto ao Country Club, em primeiro lugar, é uma situação bastante urgente na área





384 que se encontra, em função de uma demanda de mobilidade, em função de  
385 empreendimentos de grande porte na região, também pela demanda das vias que cruzam  
386 ali. Vai corresponder, vamos dizer assim, temos uma expectativa em relação à situação, de  
387 que se resolva em função de “n” coisas. Eu acho importante sobre o ponto de vista de  
388 desenvolvimento da cidade que isto aconteça no momento. Eu acho que é isso. **Maurício**  
389 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
390 **Sustentabilidade:** Obrigado. O Iguatemi ao longo da história, e eu falava na pauta anterior  
391 que a Prefeitura de Porto Alegre por não ter recurso para fazer investimentos na cidade, ou  
392 não depender de financiamento, mas depende de contrapartida de empreendimento. Esta  
393 é a realidade. Não se faz obra com o recurso do Tesouro porque não tem recurso. Muitos  
394 desses termos de compromisso demandam desapropriação por parte do município, ou  
395 seja, o Iguatemi é um caso. Eu me refiro na ampliação do Iguatemi. Quando se faz uma  
396 grande intervenção, projeto especial, a comissão competente define as contrapartidas, que  
397 é de alguma forma balizada em pecúlio. Para fazer o prolongamento da Anita o município  
398 assume o que lhe compete, que é a desapropriação. Isto vem de muitos anos, só que o  
399 município não tem dinheiro para desapropriar. Então, o empreendedor tem a obrigação de  
400 fazer a obra de Infraestrutura, mas como o município nunca desapropriou e não tem  
401 dinheiro para isso, o empreendedor acaba não fazendo o inclusive e a cidade perde. Isto é  
402 uma preocupação deste governo, estamos enfrentando esta situação. Este  
403 empreendimento viabiliza uma estrutura viária naquela região. Então, este malabarismo é  
404 que fazemos muitas vezes para resolver as questões. Bom, vou passar para vocês.  
405 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
406 **Grande do Sul – SAERGS:** Em relação a este prolongamento da Anita, Newton  
407 Burmeister foi secretário no governo, não sei se o Olívio, nos primeiros anos do PT, já se  
408 falava nisso e a comunidade tinha essa intenção. Isto é bom que se faça. Eu só não  
409 entendi porque neste caso a Transferência do Potencial Construtivo é coringa. É assim, ela  
410 pode receber a área, mas como não tem dinheiro para pagar pode dar o direito de  
411 Transferência do Potencial Construtivo para o empreendimento aplicar no entorno.  
412 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
413 **Sustentabilidade:** Aparte. A desapropriação tem que ser em dinheiro, isto que é feito aqui  
414 é acordo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**  
415 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tá, o acordo. Então, é feito o acordo, a prefeitura  
416 transfere o direito de construir. Agora, isto significa que este potencial construtivo, este  
417 direito de construir que era deste terreno e do entorno, originariamente, o coringa quer  
418 dizer que pode ser transferido para qualquer ponto da cidade. A lei original diz que tem que  
419 ser para o entorno. Resumindo e concluindo, eu vejo que a empresa, ou melhor, o clube  
420 vai ter uma valorização também, porque vai haver um investimento público no sentido de  
421 abertura da Anita. Então, ela vai receber áreas que vai ter um baita investimento com a  
422 abertura da Anita, áreas que já foram valorizadas pelos investimentos que a prefeitura fez,  
423 Nilo Peçanha e etc. Em contrapartida ainda dá o direito de construir que pode ser  
424 transferido para qualquer parte da cidade, ou seja, aumenta o leque de negociação da  
425 empresa. Não estou falando do lucro da empresa, não é esta a bronca, mas porque isto no  
426 momento em que foi utilizado sem critério... Não gosto de dizer, mas eu participei de um  
427 trabalho muito sério sobre as alturas em Porto Alegre, no momento em que isto foi feito o  
428 próprio TPC perde interesse, porque estamos começando a colocar índice no mercado que  
429 as próprias empresas que hoje vão ser beneficiadas mais tarde não vão mais serem  
430 beneficiadas. Não sei se dá para entender a lógica disso. Eu não vejo porque este TPC  
431 coringa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**



432 **da Sustentabilidade:** Assim, nós temos do outro lado da Nilo uma área de invasão e  
433 nenhum prédio ali recebeu da prefeitura, porque a prefeitura não coibiu aquela invasão.  
434 Agora tem zonas deflagradas ali. O índice coringa neste ponto é talvez o ponto mais caro  
435 da cidade. Então, se der este índice e a empresa colocar no Lami, não faz sentido, porque  
436 o ponto mais caro da cidade é ali naquela região. A questão de dinheiro é irrelevante pelo  
437 planejamento urbano, porque não se usa o índice coringa indiscriminadamente. O índice  
438 só pode ser aplicado onde é permitido. Este é um ponto importante. **Hermes de Assis**  
439 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**  
440 **SAERGS:** Só não entendi porque nesta situação em especial. Eu te entendi, o problema  
441 não é a mais valia, isto faz parte do jogo, em uma cidade, em um sistema. Eu não entendi  
442 a especialidade desta situação para ter o índice coringa, só isso. **Lívia Teresinha**  
443 **Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu  
444 tenho uma questão, vários empreendimentos, por exemplo, a ampliação do Shopping  
445 Iguatemi e a contrapartida da UNISINOS na frente do Anchieta, sempre requereram obras  
446 de ampliação relacionadas com a Anita. Então, não consigo entender como que isto  
447 retorna como uma questão de não ter dinheiro para mexer com a Anita. O Shopping  
448 Iguatemi não fez nada em relação a Anita e nem a UNISINOS. Então, eu gostaria de ter  
449 este esclarecimento. Outra questão, é para a colega da METROPLAN. Eu entendo que o  
450 teu parecer ficou bem completo, porque embora ela tenha feito a apresentação, eu acho  
451 que o parecer do conselheiro deveria ter uma apresentação, uma análise que passasse  
452 por uma visão crítica da coisa. Então, eu acho que a gente fica prejudicado na votação  
453 com este parecer, que ficou: "Eu concordo com o que ela apresentou". Desculpa, não estou  
454 te questionando, é que fica difícil para vermos este ponto de vista e votar em cima deste  
455 ponto de vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
456 **Ambiente e da Sustentabilidade:** Fica difícil a gente impor o trabalho para os  
457 conselheiros, que deve apresentar deste jeito ou de outro. Cada conselheiro é livre para  
458 apresentar da forma que quiser. Nós temos situações de pessoas que são arquitetos,  
459 assim como temos líderes comunitários, também podemos ter pessoas que não sejam  
460 familiarizadas com o Power Point. Então, esta presidência não coaduna da ideia que tenha  
461 que obrigar, e isto está expresso no regimento, obrigar a forma de apresentação. **Adroaldo**  
462 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu  
463 acho que vem em boa hora este projeto para que a gente possa discutir algumas  
464 pendências na região e que são lindeiros com o Country Club. Nós temos duas ocupações  
465 ali, que é da Cosme Galvão, deve ter mais de 70 famílias. Temos o Arroio Areia, que  
466 nunca foi cuidado. Temos a ocupação da Frei Canecas, pelo lado em direção a Marechal  
467 Andrea. Na verdade, o Country Club muito pouco tem participado da região. Então, eu  
468 gostaria que o conselho, aqueles que puderem ajudar, podemos ir visitar o local. A região é  
469 propícia para a exploração imobiliária, ali é um lugar bom, mas o morador antigo que está  
470 lá nós não podemos desamparar. Nós precisamos melhorar aquelas moradias, a vielas  
471 que são lindas ali. Precisamos pensar nas creches, alguma coisa para atender as  
472 crianças. Então, gostaria de pedir a colaboração para que a gente possa visitar e  
473 conhecer. Depois vou pedir vista. Tem mais um empreendimento grande chegando ali,  
474 mas não sou contra a qualificação da região, até porque não somos nós que vamos  
475 impedir, é lógico. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
476 **Um – RGP. 1:** Eu vejo assim, como é bom quando vem a discussão de empreendimento  
477 em uma área nobre da cidade. As exigências para esses empreendimentos muitas vezes...  
478 E o Secretário falou em menos valia. As ocupações ou invasões, como alguns gostam de  
479 chamar, elas caracterizam determinadas regiões da cidade e deveriam ter o mesmo olhar



480 e cuidado. São seres humanos que moram ali e muitas vezes são a mão de obra dos  
481 empreendimentos. Então, a gente não pode desqualificar uma ocupação como algo nocivo  
482 para a cidade. Eu também vou pedir vista. Nós temos aquela área, e eu estudei no  
483 Anchieta quando fazia faculdade de Direito, era um mato só, é uma área que se  
484 desenvolveu. Ali tem uma série de nascentes, e houve um acidente uma vez ali na Nilo  
485 Peçanha, em virtude. Então, é importante ver o impacto ambiental que determinado  
486 empreendimento tem, porque o Country Clube tem uma característica, é um campo de  
487 golfe. Então, ele se beneficia de alguns aspectos para que seja um campo de golfe. Então,  
488 qual vai ser o impacto deste empreendimento na própria razão de ser do clube? Porque ele  
489 depende de algumas coisas para manter suas atividades ali como campo de golfe. Eu  
490 posso estar errado, não sou golfista... (Manifestação fora do microfone). Nem golpista!  
491 (Risos). Esta foi boa! Então, eu vejo assim, e vou na mesma linha do Adroaldo, a gente  
492 tem que potencializar contrapartida que valorize a região como um todo, um olhar para a  
493 cidade integrado e não excludente. Este conselheiro da RGP. 1 não aceita mais exclusões  
494 nesta cidade, isto foi uma decisão do grupo que me colocou aqui e com os outros  
495 conselheiros. Nós temos uma visão de inclusão e não exclusão, todos têm que dar sua  
496 contrapartida, quem tem mais valia ou quem não tem valia alguma, ou a menos valia.  
497 Então, temos que ter um olhar igualitário. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º**  
498 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, sobre a questão do projeto,  
499 tenho que coadunar com o Conselheiro Hermes na questão do TPC em qualquer área. Eu  
500 acho que não pode haver esta ausência de limite, em que pese que uma questão de uma  
501 quadra e algum lugar não tenha mais potencial em aberto, a quadra ao lado terá. E além  
502 da questão que a gente começa, inclusive, como foi colocado na apresentação, nós temos  
503 um sistema de informações que não funciona no município. Aliás, nós não poderíamos  
504 estar aprovando nenhum projeto especial além daquilo que já foi previsto no plano diretor  
505 sem um sistema de informação que nos permita ter o vigor técnico para análise de critério  
506 de ampliação de índice neste município. A rigor, assim deveríamos agir. A questão da  
507 mobilidade dos impactos positivos de abertura de uma nova via, da extensão dela, versos  
508 o aumento populacional considerável, sem abertura de mais nenhuma via e todo o resto do  
509 perímetro do Country Club. Este impacto negativo eu não vi ser avaliado aqui e é  
510 necessária esta avaliação. Eu entendo que resta, com todo o respeito, prejudicada esta  
511 análise, esta votação, posto que ainda estamos sob a vigência do atual regimento, que no  
512 art. 11 determina que o parecer é por escrito. E o art. 18, § 1º, determina alguns aspectos  
513 fundamentais desse parecer por escrito. Então, se não é apresentado este parecer por  
514 escrito resta prejudicada a própria discussão. Quero ressaltar a importância deste formato  
515 que o regimento prevê para parecer, porque este é um conselho que reúne técnicos e não  
516 técnicos, ele reúne o saber do usuário, que traz um saber fundamental, que são os  
517 moradores de cada região da cidade, que trazem sua visão de conhecedor daquele lugar,  
518 que eu como técnico muitas vezes conheço de maneira muito superficial. Por outro lado, e  
519 por isso mesmo, o parecer deve estar muito bem instruído tecnicamente, para que este  
520 saber do usuário possa formar posição dentro deste conselho. **Sérgio Luiz Brum (Titular),**  
521 **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu gostaria, se  
522 pudesse colocar aquele slide que mostra a área da saída da Anita, seria importante. E a  
523 segunda questão, gostaria de saber quando foi protocolado este estudo de viabilidade.  
524 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**  
525 **AREA:** Eu não consegui entender onde está a Anita, como liga a Anita nisso. Esta parte  
526 pontilhada, não existe terreno ali, né? (Manifestação fora do microfone, falas  
527 concomitantes). Ah, ali é o clube mesmo! **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos**



528 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** O que me preocupa são duas  
529 questões em relação a este prolongamento, primeiro é o aspecto mobilidade urbana, que o  
530 Rafael já lembrou. Eu não vi muito a discussão. O segundo é do ponto de vista de uma  
531 cidade extremamente insegura, em que eu vou criar uma passagem limítrofe com o campo  
532 de golfe. Certamente à noite vai ser bastante inseguro sem habitações que rodeiem. Essas  
533 são as questões em princípio. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias  
534 da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu queria entender, porque pelo que eu entendi da  
535 apresentação é apenas um parcelamento de solo, onde vai gerar terrenos, que vão gerar  
536 empreendimento e para esses empreendimentos vai ter que ser feito EVUs, que vão  
537 acabar passado por aqui, aí sim esses empreendimentos vão ter contrapartidas, talvez vão  
538 passar pela CAUGE. Então, pelo que eu entendi não tem empreendimentos, vão gerar  
539 terrenos e por isso que não tem contrapartida social. E quando fala sobre o impacto viário,  
540 hoje em dia a gente vem pela Anita Garibaldi, depois os automóveis têm que se infiltrar por  
541 uma região residencial para atingir a João Wallig para depois chegar no shopping ou na  
542 região do Parque Germânia. Então, hoje o impacto do trânsito ali é muito pior do que pegar  
543 uma via expressa que já ligue com a Túlio De Rose para sair lá adiante. Está gravado no  
544 plano diretor há muito tempo um binário, que é a Anita Garibaldi e outra rua que estão  
545 gravadas no plano diretor há muito tempo, que precisam sair. **Maurício Fernandes,  
546 Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** De fato,  
547 isto não é condomínio, é um parcelamento de solo, não é falando em número de  
548 habitantes, em prédio... **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos  
549 do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. Resta prejudicado, como já falei, a análise deste  
550 processo sem um parecer por escrito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário  
551 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** No momento oportuno. Todo  
552 mundo fez a manifestação e a palavra não voltou aqui ainda. Por favor. **Vinícius Vieira de  
553 Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite.  
554 Não vou entrar no mérito da questão de demanda de mobilidade da obra de estrutura  
555 viária, que embora me pareça pela argumentação das falas que me antecederam ser  
556 positiva, ao mesmo tempo também queria fazer uma manifestação positiva em relação ao  
557 que a Priscila apresentou, que é a forma como está sendo colocado ali, ocupando as  
558 cabeças de quadra, que de certa forma se relacionaria melhor com a cidade. Parece que  
559 em relação ao trânsito da demanda de mobilidade carece de números de maior amparo  
560 técnico, que se justificaria como um acordo que fosse bom para a coletividade. Então,  
561 nesse sentido eu fico em dúvida em relação à real importante para a cidade, não que a  
562 minha opinião seja restrita ao extremo de eu não mudar de ideia, mas me parece que  
563 faltam elementos para que eu tenha mais solidez para tomar esta decisão. Eu acho que  
564 indo ao encontro do que os outros conselheiros falaram, muito disso em função do próprio  
565 parecer não ter trazido esses elementos. É no parecer por escrito que temos a  
566 oportunidade de ter acesso às informações; ou seja, demonstra para nós aquilo que a  
567 gente não teve acesso ao processo propriamente dito. Então, nesse sentido, até porque o  
568 regimento diz que o parecer deve ser por escrito, mas mesmo que não fosse, ainda sim  
569 carece de maior elemento para eu votar a favor ou contra esse relato e não ao objeto em  
570 si. Este é um questionamento que eu faço, eu não sei se é o caso, Presidente, que a gente  
571 possa ver uma forma, até para não prejudicar a própria proposição neste sentido da  
572 apresentação de um parecer. Sobre o que foi colocado em si, fiquei com uma dúvida a  
573 partir da fala do Conselheiro Felisberto, aí faço a pergunta direto a Priscila, que ainda tem  
574 algum morador residindo nessas ocupações ou em alguma área que não está de fato  
575 nessa área a ser ocupada, mas que impeça o acesso por pessoas que lá residam. Certo?



576 **Priscila Zamberlan, Melnick Even:** A área está toda liberada, porque o clube se  
577 prontificou a fazer esta doação antecipadamente. O termo até foi assinado antes do EVU  
578 ser aprovado. O clube fez prontamente o contato com os moradores e já foi feita a  
579 realocação e a área está pronta para que o Iguatemi possa iniciar as obras. **Patrícia da**  
580 **Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico –**  
581 **SMDE:** Este processo é complexo, teve uma série de questões. Eu solicito aquela imagem  
582 da planta, uma geral qualquer. Vou colaborar, mas não fui a relatora, só acompanhei aqui  
583 na comissão. Só para situar vocês. Este processo teve uma discussão, porque como é  
584 uma coisa simples, não necessariamente teria que vir para a CAUGE, só teve que vir  
585 porque como a área não tem regime, pesquisamos nos mapas, vimos que não tinha  
586 regime urbanístico. Então, achamos prudente tramitar na CAUGE, trazer ao conselho para  
587 que tivesse a legitimidade. Como é uma área que é uma ilha dentro da estrutura urbana,  
588 antes de qualquer análise tentamos prever se não teria novo traçado viária, se não teria  
589 que ter nova estruturação urbana. Até pensamos na possibilidade de traçado viário dentro  
590 do Country, até para adequar essas áreas, mas como o Country existe hoje, está gravado  
591 no plano e vai continuar sendo, achamos que não, não podemos encaminhar esses  
592 traçados agora. A análise foi identificar e a partir desta análise não tem novo traçado viário.  
593 Como não temos índice cota, teríamos que ter uma lei complementar, que vai alterar o  
594 plano diretor, mas está dentro do plano diretor, é só um ajuste do entorno. Na verdade, um  
595 já respondeu a pergunta do outro aqui. O Hermes questionou o regime, a Transferência do  
596 Potencial Construtivo utilizando como coringa. Isto foi uma negociação do governo que  
597 tinha um grande interesse em resolver esta questão da Anita Garibaldi, porque vai resolver  
598 uma questão importante de trânsito para a cidade. Foi estimado uma economia de R\$ 60  
599 milhões do município só de recebermos esta área... (Manifestação fora do microfone).  
600 Não, nós fizemos uma consulta jurídica, porque ficamos em dúvida quanto a isso, mas  
601 assim, a doação não é sobre o todo, a doação é sobre as parcelinhas. Isto está no 149.  
602 Assim, é um destaque da área institucional e a doação é calculada sobre a área  
603 destacada. A área do Country está intacta, não existe doação sobre ela. Se eles  
604 parcelarem no futuro aí vamos cobrar. A PGM realizou parecer, a doação de área pública  
605 na parte da Anita e ainda teria um remanescente, que ficou acordado que seria TPC. Na  
606 discussão do coringa há duas coisas, quando foi feita a lei nós não tínhamos o MPC, hoje  
607 nós temos o controle por quarteirão. Ela é uma que desmembra em várias. Esta região é  
608 uma área bem problemática do ponto de vista de trânsito, tem vários empreendimentos  
609 pendurados, nem é culpa deles, mas por questões de desapropriações que o município  
610 não consegue fazer. Então, quando o município recebe uma oportunidade de poder  
611 desapropriar, vai aproveitar e vai receber a via, vai receber a obra do Iguatemi, que era  
612 uma pendência. Então, quando aquela área já está carregada de necessidade de  
613 complemento de Infraestrutura, achamos que não seria inadequado não obrigar ele a  
614 implantar ali. Ele poderia implantar em qualquer lugar. Não foi uma questão – por que não  
615 vou deixar que fique coringa se a própria região ele onde está nós estamos querendo fazer  
616 um negócio porque tem problema de infraestrutura? Este foi o raciocínio. **Rovana Reale**  
617 **(2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Livia, ali estão  
618 saindo muitos empreendimentos de impacto, que apontam como solução a execução da  
619 Anita no seu gravame. Nenhum empreendimento consegue com o seu impacto executar  
620 ela na sua integralidade. Isto foi sendo composto ao longo dos empreendimentos. Então,  
621 esta foi uma parte que o Maurício estava comentando sobre este acordo. O ideal era fazer  
622 um fundo para que cada um dos empreendimentos conseguisse ir contemplando  
623 pedacinhos da Anita, ou no fundo, ou parcialmente. Não é só nesta ponta que lá tem que



624 ser desapropriada, mas ao longo de um vasto trecho, porque tem várias zonas de recuo de  
625 jardim que estão sendo desapropriadas ao longo dela. Então, é isso, para viabilizar na  
626 integralidade tem que ser uma composição de vários empreendimentos com seus  
627 impactos. (Manifestação fora do microfone). É que tem um decreto agora do comitê gestor  
628 que o município não desapropria mais, no momento em que vários empreendimentos  
629 ainda estavam valendo nesse ponto. E de uma hora para a outra surgiu este parecer  
630 impactando nisso. Então, várias obras ficaram penduradas nisto. **Patrícia da Silva**  
631 **Tschoepke (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:**  
632 Só vou terminar de responder. O Felisberto e a questão das contrapartidas. Como esta é  
633 uma área difícil na questão da estruturação, nós previmos na minuta da lei que todos os  
634 empreendimentos quando forem analisados, independente do tamanho, que a gente vá  
635 fazer um estudo de viabilidade. Nós vamos ter este controle, caso precise vai entrar nos  
636 empreendimentos, não no desapropriamento, porque pela lei não tem este tipo de impacto,  
637 ele já pagou o impacto dele, que é a destinação de área pública. A questão do Rafael,  
638 quanto a abertura de vias, já respondi quando disse que fizemos análise urbana. A questão  
639 das contrapartidas também, colocamos na minuta da lei. **Luiz Antônio Marques Gomes**  
640 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, Questão de  
641 Ordem. Eu acho que nós deveríamos ver a vista. A Região 6 quer vista também. **Rafael**  
642 **Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão  
643 de Ordem. A questão de vista só pode ser concedida após a apresentação do parecer  
644 inicial, por escrito e nos autos do processo. Consta dos autos do processo o parecer por  
645 escrito? Consta? Não é possível conceder vista. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
646 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, vai um projeto de  
647 lei para a Câmara em função do índice. Conselheiro Hermes, a Procuradoria do Município  
648 entende que isso é possível e não vê nenhum problema nisso. Vai para a Câmara, claro,  
649 se não foi aprovado nós teremos outra realidade. Isto é um desmembramento, é um  
650 parcelamento, por isso não tem alguns estudos que no empreendimento desse condomínio  
651 teria. O que a Patrícia colocou, eu vejo como uma inovação, que já está gravado que  
652 aqueles espaços, os cantinhos, independente do que será objeto de intervenção, vai ter o  
653 EVU. Isto é um ponto importante. Em relação ao parecer, Conselheiro Rafael, este  
654 conselho em inúmeras vezes tem esta prática de fazer o parecer na hora, no momento e a  
655 gente reduz a termo. Quando a gente não entende que o parecer não foi dado e o  
656 conselheiro está aqui, nós podemos apontar isto. A apresentação feita por parte da  
657 empresa, que foi avalizada, endossada pela conselheira relatora, é uma apresentação que  
658 cumpre a finalidade do regimento. Eu até consultei o regimento, ela cumpre a finalidade,  
659 traz esclarecimentos, se não trouxesse as informações sequer teríamos um debate tão rico  
660 como tivemos, porque ficou muito bem compreendido. Então, entendemos que o processo  
661 está relatado sem problema algum. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**  
662 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Eu dirijo de Vossa Presidência,  
663 na verdade, porque é bem claro o parágrafo único do art. 18 do Regimento Interno. Como  
664 eu sou nova no conselho costumo sempre ler o regimento. Às vezes eu vejo o regimento  
665 ser aplicado e em determinados momentos não é aplicado. Então, diz assim no parágrafo  
666 primeiro: “Na apresentação dos processos pelos relatores, estes deverão indicar as  
667 características, especificidades do objeto em pauta, mediante apresentação de histórico,  
668 análise da matéria e conclusão”. Eu não entendo que a apresentação do empreendedor se  
669 confunda com o parecer do relator. Eu me sinto insuficientemente apta a qualquer coisa  
670 com a manifestação que foi aqui apresentada. Então, evoco a aplicação do regimento. Eu  
671 entendo que deva ser reelaborado e apresentado novamente. **Maurício Fernandes,**



672 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Com a  
673 palavra a relatora. **Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), Fundação Estadual de**  
674 **Planejamento Metropolitano – METROPLAN:** Em princípio, acredito que as respostas  
675 vieram por conta dos conselheiros, começaram a aparecer e eu me abstive de responder.  
676 Bom, em primeiro lugar, ninguém melhor do que quem elaborou o projeto para apresentar.  
677 Segundo, eu sou arquiteta, acho que fica extremamente antiético eu apresentar um  
678 trabalho de outro profissional, sendo que ele tem a oportunidade de apresentar. Terceiro,  
679 eu acho que de alguma forma, por eu não ser a autora do projeto, poderia comprometer a  
680 apresentação, tanto de forma positiva ou negativa. Como sendo um parcelamento de solo,  
681 e eu trabalho no setor de parcelamento de solo urbano, por lei estadual o parcelamento  
682 deveria ter passado pela METROPLAN e não passou. É apenas um parcelamento, por  
683 enquanto não estamos em outra fase sem ser o desmembramento de área. Legalmente,  
684 digamos assim, ele atende e foi explicado pelas colegas que tiveram uma análise inicial, o  
685 que em uma semana eu teria algumas horas para ler aquele processo e que talvez ficasse  
686 bastante prejudicado, sendo que já foi exaustivamente analisado pela prefeitura. Com esta  
687 área o parcelamento deveria ter o termo de anuência prévia da METROPLAN, mas não  
688 teve. Isto não é um problema da prefeitura ou da empresa, é um problema do Registro de  
689 Imóveis, que deveria exigir. Então, para mim fica constrangedor, porque de alguma forma  
690 isto deveria ter passado pelo setor e não passou, não houve um termo de anuência prévia  
691 antes a aprovação. Eu não me coloquei contra e nem a favor, eu acho que posso me  
692 abster e acho que não preciso influenciar os colegas com a minha opinião, também não  
693 gostaria. Eu acho que atende as leis do parcelamento de solo, tem as áreas de doação,  
694 tem a área remanescente, tem um enfoque para uma área extremamente conturbada,  
695 urbanisticamente, que poderíamos prolongar este assunto por várias reuniões, mas aí isto  
696 é burocracia e as coisas não andam em um ritmo de forma que a gente não possa resolver  
697 sem ter que retornar. Se realmente acharem que é necessária uma nova apresentação e  
698 que a relatora, no caso a METROPLAN, faça nova apresentação faremos, sem problema.  
699 Eu acho que não vai ser muito além, porque é um parcelamento, é simples, não tem  
700 construção por enquanto. Então, é o que se mostrou ali, não tem... Então, a área para os  
701 prolongamentos viários são aqueles, as doações estão sendo feitas, vai ter outras áreas  
702 desmembradas, mas são pontas de uma área toda. Então, legalmente, não tem nada que  
703 eu possa dizer que não está de acordo. No momento, neste momento não tem nada em  
704 desacordo, ele é simples. Quanto ao outro ponto, se foi exclusão, inclusão, se tem  
705 contrapartida, se tem problema de regularização fundiária, isto é outro assunto, é problema  
706 social, problema político, que não é o parcelamento, que é o que deve ser aprovado. Este  
707 é outro enfoque. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
708 **Ambiente e da Sustentabilidade:** Quando o conselheiro está aqui e se manifesta, coloca  
709 a sua voz no processo, isto não pode ser ignorado. Não pode achar que um papel, que  
710 muitas vezes nem possa ser escrito pelo conselheiro. Daqui a pouco levo para o meu  
711 escritório e dou para o estagiário fazer o parecer. Ele não pode valer mais do que a pessoa  
712 que está aqui se manifestando. É este o apelo que eu faço em relação à finalidade dos  
713 atos e não o formalismo dos atos. Eu vou colocar a vocês de forma muito tranquila, o  
714 processo está relatado, o relator tem a total liberdade de relatar o processo cedendo o  
715 tempo para outro. Eu questiono os conselheiros antigos deste conselho se isto nunca foi  
716 feito, que me digam... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**  
717 **Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, o questionamento não é quanto ao escrito e  
718 formalizado nos autos, a questão é: existe um regramento específico da forma de  
719 apresentação, tem que ter um conteúdo mínimo para entendimento. Eu entendo as



720 colocações da conselheira, mas a colega é arquiteta, eu não sou, eu não tenho  
721 conhecimento da área e as informações trazidas são insuficientes para eu compreender a  
722 matéria. As informações não foram trazidas no parecer e ele deve ser completo como  
723 dispõe aqui, tem que ter um histórico, um objeto, características. Eu me dou à liberdade de  
724 fazer isto por ser nova neste conselho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**  
725 **de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu entendo a manifestação do  
726 Presidente no sentido de contemplar o parecer da METROPLAN. O que tínhamos nesses  
727 últimos anos, dois anos e meio que eu estou aqui, que todo o parecer do relator nós só  
728 levávamos à votação se estivesse escrito. Nós não éramos nem tão rigorosos quanto à  
729 formalidade escrita em lei, porque às vezes foge um pouco da habilidade do conselheiro  
730 de colocar aquilo de maneira tão acadêmica, tão formal e tal. É importante e fundamental  
731 por escrito e assinado, em condições de colocar em votação, assim era feito. Assim  
732 registrado poderíamos pedir vista. Eu acredito que tenhamos que ter o parecer por escrito,  
733 formalizado, não digo com aquele rigor que está nas nossas normas, mas tem que ser  
734 posicionado. E quero deixar uma coisa registrada com muita veemência, nós somos um  
735 conselho leigo, casualmente temos arquitetos, economistas, engenheiros, mas somos um  
736 conselho leigo, são conselheiros que se igualam pelo lugar que estão aqui, ou  
737 conquistaram, ou foram indicados, ninguém tem um peso maior ou menor, porque é um  
738 arquiteto urbanista, com especialização na Inglaterra, ou um companheiro que vem de uma  
739 região, que de repente não completou nem o segundo grau. Então, não existe isto.  
740 Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
741 **da Sustentabilidade:** Qual seria a minha sugestão? Eu pediria para a senhora (Relatora)  
742 reduzir a termo o seu posicionamento livre sobre a matéria, aí o processo volta para a  
743 secretaria e a gente já encaminha para vista. Podemos tirar este encaminhamento?  
744 Quando estiver reduzido a termo, pode ser desta forma, Conselheira Relatora?  
745 (Manifestação fora do microfone). Então, ela junta o relatório por escrito com a  
746 apresentação, anexa, aí a secretaria executiva passa na sequência para os conselheiros  
747 que pediram vista. (Falas concomitantes). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**  
748 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Mas só se pede vista após o parecer inicial.  
749 Com todo o respeito, e foi bom o esclarecimento do Conselheiro Gomes, que já exerceu a  
750 presidência na qualidade de vice-presidente no último ano, que tem tido o costume deste  
751 conselho. Realmente, é assim e quero reforçar enquanto arquiteto que nós vivemos aqui  
752 todos os projetos, os processos da prefeitura, passamos analisando o trabalho de outros  
753 colegas, de outros arquitetos. E aqui está o nosso conselheiro do CAU como testemunha,  
754 que isto não configura falta ética. Pelo amor de Deus! O que configura sim é estarmos  
755 discutindo um processo de votação e tudo que corre depois, inclusive pedido de vista. Não  
756 foi respondido nem ao questionamento do Sérgio Brum, qual foi a data deste processo. e  
757 este processo passou pelo Comitê Gestor de Projetos Urbanísticos Prioritários? Eu não  
758 entendo a urgência com que está se buscando aprovar sem o devido rito. **Maurício**  
759 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
760 **Sustentabilidade:** Conselheiro, nenhum rito deixará de ser cumprido. O processo  
761 continuará com a METROPLAN, quando ela juntar o parecer da forma escrita vai para  
762 quem está reservando o pedido de vista. É neste sentido, não há prejuízo para ninguém.  
763 **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização**  
764 **da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Assim, estamos discutindo há mais  
765 de uma hora esta situação e está ficando cansativo. O presidente tem que encaminhar  
766 para votação, quem concordo com a proposta ou não. Não tem o que fazer, não vamos  
767 ficar discutindo a noite inteira. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**





768 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, uma proposta de  
769 conciliação. Não é falta de ética apresentar o trabalho de outro colega, falta de ética é  
770 apresentar um trabalho de outro dizendo que é teu. Assim, só para não ficar essas meias  
771 verdades... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**  
772 **e da Sustentabilidade:** A proposta, por favor. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
773 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É que fica o dito  
774 pelo não dito e passa a ser verdade. A Conselheira Relatora disse que é extremamente  
775 simples, mas na fala dela não entendi o posicionamento, se é a favor ou contra. Eu acho  
776 que ela pode se retirar, em 5 minutos faz o parecer... (Falas concomitantes). Mas isto era  
777 comum no conselho, fazer o parecer na hora, a mão mesmo, não tem problema. Eu  
778 concordo com o senhor, tem que valorizar a presença e o parecer por escrito, mas não  
779 precisa ser bonitinho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
780 **Ambiente e da Sustentabilidade:** Peço encarecidamente aos senhores a compreensão.  
781 O processo vai continuar com a METROPLAN, que quando juntar o parecer vai direto para  
782 a vista da região que requereu. Temos as regiões 1, 2 e 6. **Claudete Aires Simas**  
783 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, também  
784 peço vista. Não é mais fácil ela trazer o parecer na próxima sessão e aí sim abrimos para  
785 vista? Senão ficamos com uma data e período incertos. Tem outra questão que não foi  
786 resolvida, que é a periodicidade de reuniões deste conselho. Então, não sabemos. Eu não  
787 sei se vai ser na próxima terça ou há 15 dias. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
788 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, fica  
789 encaminhado desta forma, vista a ACESSO, regiões 1, 2 e 6. **PEDIDO DE VISTA**  
790 **CONCEDIDO ÀS REGIÕES DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO 1, 2, 6 E ACESSO APÓS**  
791 **SER DISPONIBILIZADO O PARECER POR ESCRITO PELA RELATORA.** Conselheira  
792 Claudete, assim, o conselho não funciona apenas nos dias das reuniões, existe uma  
793 estrutura administrativa que funciona permanentemente, que é a Secretaria Executiva,  
794 através da Aline e da Sabrina aqui. Então, a Secretaria Executiva está à disposição para  
795 este trabalho. Há um prazo regimental, porque se não for entregue nós temos que retirar a  
796 relatoria, que também não temos este costume porque respeitamos o relator. Então,  
797 encaminhado desta forma por dois motivos, para não causar mais constrangimentos a  
798 própria relatora, porque nós temos que respeitar a colega aqui. Como o Gomes  
799 mencionou, nem todos têm o mesmo entendimento, mas todos estão aqui por um espírito  
800 público, dedicando seu tempo, enfim, tem um motivo para estarmos aqui e eu não quero  
801 obrigar a relatora a fazer nada. Então, vai vir por escrito, formal, o que não significa,  
802 necessariamente, formalidade. Assim que for entregue a Secretaria Executiva vai entregar  
803 para os conselheiros que registraram seu pedido de vista aqui. Apelo ao plenário que a  
804 gente encerre este ponto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**  
805 **Humanos - ACESSO CDH:** Peço *vênia* ao Presidente, porque eu não pedi para retirada do  
806 relator, muito pelo contrário... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal**  
807 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não, eu utilizei este termo porque a senhora  
808 avoca a extrema necessariamente de cumprimento do rigor do regimento e nós temos que  
809 fazer uma interpretação hermenêutica, trazendo bom senso no processo. **Claudete Aires**  
810 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não podemos  
811 esquecer, Presidente, que esta questão de vista em secretaria a ACESSO já se sentiu  
812 prejudicada em outro momento, em que eu compareci duas vezes na secretaria e não  
813 consegui vista ao outro processo. Além disso, daqui a pouco podemos ficar prejudicados,  
814 ainda mais que são vários conselheiros que querem vista ao processo, é no tempo de  
815 vista. Daqui a pouco ela pode devolver amanhã ou depois, aí qual o tempo que vamos ter



816 de vista conjunta? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
817 **Ambiente e da Sustentabilidade:** O tempo de vista não é inferior ao período regimental.  
818 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**  
819 **CDH:** Qual é o período regimental? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
820 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** São 15 dias. Por exemplo, o item  
821 3.02 da pauta está com a RGP. 1 faz algum tempo e nem por isso vamos tirar a relatoria.  
822 Nós temos o bom senso e este bom senso tem que vir dos dois lados. **Felisberto Seabra**  
823 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, direito de  
824 resposta. (Risos). Para não ficar em branco e não ficar nos anais deste conselho. Eu tenho  
825 justificado porque não fiz o parecer, mas na próxima sessão estará feito, porque entendi a  
826 RGP. 1 que deveríamos ter primeiro as regras do jogo. Nós temos discutido a questão de  
827 decreto, que teve a liminar, que não foi tocado e nem tratado qual será a posição adotada.  
828 Então, é uma questão fundamental. Eu farei o parecer por escrito, conforme determina o  
829 regimento. Peço escusas por não entregueado antes, porque as regras do jogo não estão  
830 definidas. E foi tirado pela região que eu não entregasse. Obrigado. **Maurício Fernandes,**  
831 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado.  
832 As regras do jogo estão postas, tem um decreto que vige parcialmente, uma liminar que eu  
833 nem fui intimado ainda, mas já estou cumprindo dentro do que eu registrei na reunião  
834 passada. É o regimento que está em vigor. Então, existe sim regra do jogo com a devida  
835 *vênia*. O 3.07 e 3.02 não estão aptos a serem analisados agora. **3.07. Expediente**  
836 **002.302078.00.9. Interessado: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. Assunto:**  
837 **EVU. Relator: RGP. 4. ADIADO.** Estou fazendo de trás para frente, já que invertemos.  
838 Virando a folha, na primeira página, nós temos O **3.02. EXPEDIENTE 17.0.000027243-4.**  
839 **Interessado: Patrício Rodrigues Ferreira. Assunto: Resolução - Gravame de Traçado**  
840 **Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: RGP. 1. ADIADO.** Que também não  
841 está apto. Eu aproveito para colocar que já recebi duas emendas, uma emenda  
842 substitutiva e outra sobre um artigo específico. Um pela Sociedade de Economia e outro  
843 do DEMHAB. Ficam apregoadas as emendas. Tem mais uma emenda apregoada pela  
844 AREA. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
845 **Seis – RGP. 6:** Presidente, é referente às emendas ao regimento interno? Vou entregar a  
846 minha também. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
847 **Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. O **3.01. EXPEDIENTE 18.0.000019571-1.**  
848 **Interessado: SMAMS. Assunto: Resolução - Desgravame Parcial de Área Verde.**  
849 **Relator: ABES/RS). Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**  
850 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não tenho parecer por escrito porque  
851 estou em dúvida. Até como conversamos a pouco, nem todos são doutos na parte de  
852 planejamento urbano, muito menos em SEI. A UFRGS funciona com SEI e todo mundo  
853 diz: “Eu não sei como funciona o SEI”. Então, recebi da Aline o acesso ao SEI. Então,  
854 temos esta lista de documentos, onde vamos procurar o primeiro documento dia 05/03, um  
855 despacho. Está aberto ali: “Conforme parecer de diretriz 045/2017”. Só que o processo é  
856 de março de 2018. Então, tem que cuidar na introdução do SEI, nos desdobramentos do  
857 processo tu perdes a informação que está atrás e não tem como avaliar. Eu recebi que é  
858 um desgravame de área verde no parecer pré-encaminhado. Ele vem até pré-escrito para  
859 facilitar a vida da gente. Tem as plantas 1 e 2 e eu não consigo achar a diferença entre  
860 elas, porque geralmente planta 1 e 2 é com e sem desgravame, antes e depois. **Patricia**  
861 **da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –**  
862 **SMDE:** Eu já achei. É um cantinho da praça. **Darci Barnech Campani (Titular),**  
863 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Ali é a Sepé



864 Tiaraju. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
865 **da Sustentabilidade:** Aparte. Isto não pode acontecer, se o processo SEI foi gerado, por  
866 que dá diferença de data? Porque é feito um extrato do processo, aí gera outra data, não  
867 necessariamente tenha outra demanda. O processo é só para sair a resolução, por isso faz  
868 referência ao parecer antigo, mas não vem ao caso. Conselheiro, se quiser nos devolver  
869 este processo, porque a gente não acha que seja a forma que o conselheiro deva receber  
870 o processo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
871 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estou tranquilo porque tive 15 dias viajando, um  
872 curso fora, eu consegui esta semana, a Aline me deu acesso novamente, porque tinha  
873 vencido. Eu acho que para exercitarmos temos que ver se todos conselheiros tem a prática  
874 de trabalhar com o SEI. Não é fácil. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense**  
875 **dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu também tive dificuldade. Eu vou relatar o  
876 meu, não tinha informação suficiente. Eu mandei um e-mail para a Aline, que me deu o e-  
877 mail da pessoa que fez um parecer, aí ela colocou no SEI o que estava faltando. Eu  
878 também não estava achando, parecia o Jogo dos 7 Erros, o 1 e o 2. Então, gente, eu acho  
879 que nós temos que sair atrás. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira**  
880 **de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estava viajando, não estou  
881 criticando a secretaria e nem a Aline, porque eu pedi para a Aline e em meia hora ela me  
882 deu uma nova senha. E nós já reclamamos na gestão passada. Então, é um desgravame  
883 da Praça 4323, localizada no quarteirão formado pela Rua Sepé Tiaraju, Rua Prof.  
884 Clemente Pinto, Rua Adão Gomes Peixoto e Diretriz 4324, inserido na MZ 4 UEU 22,  
885 Bairro Teresópolis, plantas 1 e 2.: “A Secretaria de Meio Ambiente se manifestou favorável  
886 ao desgravame da área verde incidente na (Inaudível), localizado na Sepé Tiaraju, devido  
887 ao pequeno porte em formato em canto de 90º, ao qual é considerado adequado para a  
888 área da praça. Sendo assim o referido desgravame parcial da área verde, cadastrada na  
889 SMAMS sob o número 118. Atualizado o PDDUA e viabilizar o empreendimento Minha  
890 Casa Minha Vida a ser implantado na Sepé Tiaraju. A demanda tem origem na etapa de  
891 diretriz, conforme Parecer 045/2017”. Então, este documento seria bom que tivesse vindo  
892 junto e faltam alguns mapas aí. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal**  
893 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Primeiro ponto, até para esclarecer, porque  
894 não quero causar constrangimento para conselheiro, vocês têm visto a minha postura aqui.  
895 Isto está no processo e é tão pequena a alteração que o Campani com toda a sua  
896 experiência nem percebeu. É este cantinho aqui (Mostra no *slide*). Deve ter o metro  
897 quadrado. Sabe dizer? São 50m<sup>2</sup>. E a SMAMS é muito rígida na questão das praças, a  
898 proteção dos espaços públicos e entendeu que aquela área, o ideal é que a praça tenha as  
899 quatro ruas na volta. Então, é aquele cantinho. Este é o mapa do empreendimento. Está  
900 aqui o empreendedor. **Darlan Bassoni, empreendedor:** Boa noite. Só para colaborar com  
901 o entendimento do que estamos propondo. Trata-se de um empreendimento aprovado já  
902 pela CADAP, um empreendimento de 80 unidades. Consta na matrícula a incidência  
903 daquele pequeno bico que foi relatado agora. É em torno de 50m<sup>2</sup>, que parte incide  
904 naquele terreno. É uma área tão pouco significativa ao todo que foi aprovado este  
905 desgravame, vindo para o conselho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**  
906 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu já estou escrevendo o  
907 parecer favorável ao desgravame. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
908 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Apregoo a emenda 04 ao  
909 regimento do conselho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**  
910 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O nosso papel enquanto relator é colocar  
911 ali se concorda ou não concorda. Concordamos. Com a análise dos dados e localização do



912 imóvel, sou favorável ao desgravame. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
913 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Podemos votar por aclamação?  
914 Então, quem não aprova se manifeste. Aprovado por unanimidade. Muito obrigado.  
915 **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO**  
916 **DESGRAVAME PARCIAL DE ÁREA VERDE.** A Conselheira Claudete, por favor. **3.03.**  
917 **EXPEDIENTE 17.0.000009136-7. Interessado: SPU-SMURB. Assunto: Resolução -**  
918 **Alteração de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: ACESSO CDH.**  
919 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**  
920 **CDH:** Vou fazer uma proposta que eu acho que facilitaria muito o fluxo da informação aqui  
921 dentro, o que não tivemos desde o primeiro momento, e eu entendo como essencial, é  
922 saber os procedimentos e o fluxograma do que acontece neste conselho. Eu tenho tentado  
923 passar algumas perguntas para a Aline para suprir algumas necessidades, mas vejo que  
924 se os mais antigos têm dúvidas, imaginem os mais novos que estão chegando agora.  
925 Então, Presidente, sugiro que seja feita uma sessão para nos explicar todos os  
926 procedimentos de entrada, fluxo, como se processa dentro deste conselho. Eu vou ler o  
927 expediente, não chamo de processo administrativo. Então, eu fiz um pequeno relato:  
928 “Versa o respectivo expediente administrativo sobre pedido efetuado em 09/02/2007 pelo  
929 Núcleo de Inspeção Gráfica, objetivando a adequação do plano diretor à realidade fática  
930 consolidada do traçado viário e cadastramento da Rua Gloriosa”. Esta rua está inserida na  
931 Macrozona 04, UEU 012, no Bairro Agronomia, fica entre a Rua Esplendida e a Rua  
932 Encantadora. Depois eu acho que a Aline pode colocar a localização ali. Esta rua necessita  
933 de uma revisão do prolongamento, foi o pedido. Tendo em vista que a divisão territorial  
934 estaria em desacordo com a implantação no local, bem, como os dados da secretaria.  
935 Para tanto, impôs-se a necessidade do desgravame do traçado viário de Diretriz 3753 e de  
936 uma escadaria, Diretriz 3754, e respectivos com destaque. Então, observando que a Rua  
937 Gloriosa está implantada com características de ruas em toda a extensão, como pode se  
938 observar nas imagens, com pista asfaltada, meio fio definido, não existindo com destaque  
939 e nem escadaria na rua, opino pela aprovação da resolução. **Luiz Antônio Marques**  
940 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Parabéns, melhor  
941 que a maioria dos arquitetos que eu conheço. (Risos). **Maurício Fernandes, Presidente e**  
942 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. Perdoem o  
943 trocadilho, mas foi uma apresentação gloriosa. (Risos). Então, vamos encaminhar por  
944 aclamação. Quem for contrário, por favor, que se manifeste. Então, Aprovado por  
945 unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DA RELATORA**  
946 **FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO. 3.04. EXPEDIENTE 16.0.000040925-5. Interessado:**  
947 **SMS. Assunto: Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de**  
948 **Logradouro. Relator: RGP. 2. Encaminhamentos: Vista à RGP. 5 e 6, em 14/08/2018.**  
949 O 3.04 já foi relatado, teve vista, foi devolvido, está pronto para votar. Eu encaminho por  
950 aclamação, se ninguém quiser mais nenhuma explicação. Não quero que ninguém vote  
951 com dúvida. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
952 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o relato de vista. Só para cumprir a formalidade.  
953 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
954 **Sustentabilidade:** Então, relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**  
955 **de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Concordo com o relator. **Maurício**  
956 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
957 **Sustentabilidade:** Então, encaminho à votação por aclamação. Quem for contrário se  
958 manifeste. Aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**  
959 **DO RELATOR FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO. O 3.05. EXPEDIENTE 17.0.000094703-2.**



960 **Interessado: SMURB-SDU. Assunto: Resolução – Inclusão de Traçado Viário.**  
961 **Relator: GP. Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa  
962 noite. É na Edgar Pires de castro e Diretriz 7093, com gabarito de 15 metros inseridos na  
963 MZ 07, UEU 14, Bairro Hípica, conforme plantas anexadas ao processo, plantas 1 e 2 para  
964 mostrar a inclusão. “Trata-se de requerimento aportado pela SMURB, sendo gerado o  
965 processo SEI em 14/11/2017. O processo foi instruído e veio ao conselho em 25/07/2018,  
966 com distribuição ao conselheiro representante do GP. A demanda tem origem em  
967 despacho da Unidade de Planejamento Viário, em fase de solicitação da Coordenação de  
968 Vistorias para a verificação do atendimento dos recuos previstos para o empreendimento  
969 Loteamento Campo Belo, aprovado em 15/12/2011 e licenciado em 06/12/2012, que  
970 tramitou sob o nº EU-002329995003. No Documento 2901212 consta informação da  
971 Arquiteta Ana Paula Franco Domingues, matrícula 4831422, com a seguinte mensagem: *A*  
972 *fim de complementação, informamos que se trata de imóvel com origem no Loteamento*  
973 *Campo Belo, aprovado em 15/02/2011 e licenciado em 06/12/2012 pelo município, que*  
974 *tramitou no UEU nº 002319995003. Neste processo já consta demonstrado o traçado viário*  
975 *da Diretriz 7092, com gabarito de 15 metros e alinhamento no limite sul da Matrícula nº*  
976 *1030063 da 3ª Zona do Registro de Imóveis. No processo consta o Parecer 078/2015 da*  
977 *CADAP, cujo conteúdo é a aprovação do EVU de edificação para empreendimento Minha*  
978 *Casa Minha Vida e condiciona o Habite-se à Diretriz 7091 e 7094, bem como de quitação*  
979 *das obrigações constantes no termo de compromisso, sendo a interessada a Construtora*  
980 *Tenda SA. Consta também no processo o Parecer 132/2015 da CADAP, Documento nº*  
981 *2901431, cujo conteúdo é a aprovação e licenciamento do projeto arquitetônico, ficando*  
982 *gravada a mensagem de que o Habite-se fica condicionado aos termo do compromisso,*  
983 *bem como apresentação da matrícula da área da SMS em nome do município...”. (Segue*  
984 *leitura de todo processo, disponibilizado na Secretaria Executiva). E pelo exposto eu voto*  
985 *favorável à resolução. Vou explicar: aqui é a inclusão do traçado e aqui o loteamento. É ao*  
986 *lado do loteamento, na planta 1, na planta 2 é a inclusão do traçado. **Maurício Fernandes,***  
987 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Todos  
988 enxergaram? Aqui é com o traçado, aqui é sem o traçado. Só gravame. **Vinícius Vieira de**  
989 **Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Essa região  
990 faz parte da RGP. 6, onde foram feitas construções, parte na década de 90 e de 2000 para  
991 cá de forma irregular, antes disso de maneira não organizada. Ou seja, o crescimento  
992 chegou antes da possibilidade de estabelecer um traçado viário e pensar a cidade como  
993 um todo nesse trecho da região. Então, há uma serie de conflitos, de incongruências, de  
994 arruamentos que não se conectam. É muito comum desde o início da Juca Batista até o  
995 limite da Restinga, ou mesmo Belém Novo, diversas ruas que não se conectam, ora por  
996 interesses, ora por desorganização que se desenvolveu de maneira descontrolada, ora  
997 pelos próprios empreendedores que não têm esta conexão quando for um  
998 empreendimento que tenha que ter um padrão que não seja à altura daquele que está se  
999 colocando de maneira limítrofe. Nessa perspectiva eu faço uma pergunta, de que forma  
1000 este traçado está conectado e facilita nesse sentido este desejo da comunidade local, que  
1001 tenha maior interface em relação aos diferentes loteamentos que ali se concretizam?  
1002 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento**  
1003 **Econômico – SMDE:** Nós temos um procedimento, todos empreendimentos com área  
1004 acima de 3.000m<sup>2</sup> são submetidos à consulta de traçado viário. Então, embora não pareça  
1005 para vocês, a gente tem esta definição da estruturação urbana nessas áreas, até para não  
1006 acontecer este tipo de problema. Então, vamos encaminhando conforme a demanda, a  
1007 gente só não encaminha porque, eventualmente, pode acontecer alguma coisa diferente.



1008 Então, temos gravado, é de praxe. Nós temos este controle. **Rovana Reale (2ª Suplente),**  
1009 **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para complementar. Esta é  
1010 uma preocupação da EPTC também, eu sou representante da CADAP há 6 anos e nos  
1011 preocupa muito este adensamento na zona sul sem estruturação viária. Este foi um caso  
1012 que nós finalizamos o quarteirão como um todo e sugerimos á SMURB que fizesse o  
1013 gravame dessas vias, inclusive, conectando com os empreendimentos que estavam saindo  
1014 ao longo deste quarteirão. Então, todo o sistema viário foi pensado em conjunto com a  
1015 SMURB para justamente dar uma mobilidade para a região. **Maurício Fernandes,**  
1016 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Mais  
1017 alguma colocação? Então, vou colocar em votação por aclamação. Quem for contrário, por  
1018 favor, que se manifeste. Então, Aprovado por unanimidade. **APROVADO POR**  
1019 **UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO.** O 3.06 é  
1020 com a AREA. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**  
1021 **Grande do Sul – UFRGS:** Antes, posso fazer uma comunicação? O curso de  
1022 planejamento urbano que montamos na universidade vai acontecer neste sábado, na  
1023 Faculdade de Arquitetura, a partir das 9 horas. Vamos ter dois arquitetos falando, o André  
1024 Huyer, falando sobre o estatuto da cidade, e o Carlos Gadisson falando sobre o estatuto  
1025 da metrópole. Estão todos convidados. **3.06. EXPEDIENTE 18.0.000041184-8.**  
1026 **Interessado: Jayro Amorim. Assunto: Resolução – Desgravame de Traçado Viário.**  
1027 **Relator: ÁREA. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
1028 **Arquitetura - AREA:** Assim, para entender o que eu vou falar, também é a retirada de um  
1029 traçado viário, é este terreno, em Ipanema. É um desgravame de traçado viário da Rua  
1030 Romildo Bolzan com a Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5,  
1031 UEU 28, Bairro Aberta dos Morros e Bairro Campo Novo, conforme as plantas em anexo. A  
1032 justificativa é o seguinte: “O referido desgravame de traçado viário da Rua Romildo Bolzan  
1033 visa atualizar o PPDU e viabilizar o empreendimento Minha Casa Minha Vida a ser  
1034 implantado na Cristiano Kraemer”. Eu também tive um pouco de dificuldade de achar a  
1035 rua, mas aqui vocês estão vendo a imagem que eu tinha posto antes. Aqui está a rótula,  
1036 aqui é o terreno, aqui o gravame. Houve uma regularização, fizeram esta rua. O que  
1037 acontece? Essas áreas já estão também baseadas no mesmo parecer, este da Fazenda,  
1038 que não tem verba para fazer essas desapropriações. Então, eles não conseguem  
1039 viabilizar este gravame aqui. Também solicita permanência de algumas habitações, para  
1040 não ter que ir para a parte da vegetação existente, que com o desgravame pode utilizar  
1041 esta zona. Então, aqui é a resolução sem o gravame, este transversal. Era isto aí. **Luiz**  
1042 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
1043 A Região 6 pede vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
1044 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou acompanhar a vista, a Região 1 também pede vista.  
1045 Obrigado. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande**  
1046 **do Sul – CAU/RS:** Quando um conselheiro pede vista se encerra a discussão? **Maurício**  
1047 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
1048 **Sustentabilidade:** Pode se manifestar, não tem nenhum problema. **Vinícius Vieira de**  
1049 **Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Parece que  
1050 este processo é ao contrário do anterior. Esta região, é uma estrada que começa no Bairro  
1051 Vila Nova e se estende até a Juca Batista, que passa ali embaixo. O pessoal que era  
1052 proprietário ao longo dos anos foi abrindo, botando uma rua, vendendo lotes de maneira  
1053 irregular, enfim, assim se deu mais de (Inaudível) de ocupação na região. É um caso  
1054 diferente do anterior. Tem uma rua que conecta a parte superior da Cristiano Kraemer e se  
1055 estenderia até a rua debaixo, que originalmente também foi uma ocupação irregular, tendo



1056 em vista a própria maneira como está organizada. São poucos lotes que seriam  
1057 necessários desapropriar, talvez um ou dois em cima e um ou dois embaixo, para este  
1058 gravame pode continuar existindo. Então, existe uma tendência minha natural... A região  
1059 carece de ruas transversais e não todas, cada terreno tem uma relação com a faixa e não  
1060 se intercomunicam internamente, não sendo possível a criação de quarteirão na região.  
1061 Não neste sentido eu vou votar contra essa ausência de gravame. **Darci Barnech  
1062 Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –  
1063 ABES/RS:** Conselheiro Saffer, eu sei que está ali no relatório, mas vir para a plenária  
1064 porque a prefeitura não tem dinheiro para fazer, a prefeitura não vai ter, mas alguém vai  
1065 precisar algum dia de uma ambulância, de um carro de bombeiros, alguém vai precisar de  
1066 circulação de emergência na região. Então, tirar gravames sempre tem que ser uma  
1067 preocupação. Não é tão fácil se não temos esta visão. **Rafael Pavan dos Passos (2º  
1068 Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** nosso pedido de desgravame é a  
1069 parte norte ali. Agora, não havendo continuidade ao sul fica uma rua local. **Patrícia da  
1070 Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –  
1071 SMDE:** Eu acho que a justificativa da equipe não ficou a mais adequada, mas o que a  
1072 gente olha ali? Há a questão do terreno, há questões de bens ambientais. Na verdade, não  
1073 é a justificativa que está encaminhada ali, dentro do processo tem as questões de bens  
1074 ambientais a serem preservados. Segundo, se vocês forem olhar esta área, no plano  
1075 diretor nós temos esta prerrogativa de análise quando tem essas questões ambientais  
1076 envolvidas. Aqui é o Morro Tapera, justo ao lado tem gravame de APAM, tem área de APP,  
1077 uma série de comprometimentos ambientais que dificulta esta questão da estruturação  
1078 viária. Então, na verdade, para nós o fato de ter essas questões, ele não vai se conectar  
1079 com nada. Então, quer dizer, por que eu vou tirar essas pessoas daí? Ah, porque eu tenho  
1080 que ter uma rua que não vai... Entendem? Os bens ambientais nos permitem fazer esta  
1081 análise, está previsto no plano diretor. É isto. **Maurício Fernandes, Presidente e  
1082 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, foi pedido vista  
1083 pela RGP. 1 e 6. **PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO À RGP. 1 e 6.** Encerramos a Ordem do  
1084 Dia. **ITEM 4: Recebimento das emendas ao Regimento (Votação a partir da reunião  
1085 ordinária do dia 04/09/2018).** Já recebemos emendas ao regimento. **ITEM 5:  
1086 Comunicações.** Alguém quer se manifestar? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos  
1087 Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Dia 23, à noite, no auditório do  
1088 SENGE, a Associação dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura estará promovendo  
1089 palestras dentro de um miniseminário a partir das 19 horas, que se chama – *A Realidade  
1090 das Finanças e da Previdência da Prefeitura de Porto Alegre.* Convido a todos, é aberto ao  
1091 público, as inscrições são gratuitas no local e no horário. É às 19 horas. **Claudete Aires  
1092 Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente,  
1093 como vai se processar a questão do regimento? Na verdade, não temos uma forma de  
1094 procedimento e encaminhamento. Temos uma apresentação de emendas e votação já na  
1095 próxima sessão, mas nem sei quando será a próxima sessão. As emendas, vamos  
1096 discutir? Depois não poderá ser aditado, complementado? Não entendi qual o  
1097 procedimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio  
1098 Ambiente e da Sustentabilidade:** As sessões são quinzenais, podendo haver sessões  
1099 extraordinárias a qualquer momento. Em relação ao regimento, vieram 4 emendas, com 2  
1100 substitutivos. O que vamos apresentar a vocês é uma forma onde o debate vai ser  
1101 irrestrito, para termos uma condução que ninguém se sinta prejudicado. Com os  
1102 substitutivos vamos ter que fazer uma análise mais aprofundada das propostas, mas  
1103 vamos sistematizar, todas as proposta serão votadas pelo plenário. **Claudete Aires Simas**



1104 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, quando  
1105 entrarmos em discussão não poderemos alterar o que foi colocado? **Maurício Fernandes,**  
1106 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não, as  
1107 propostas de emenda eram até hoje. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania**  
1108 **e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não concordo, porque isto não foi deliberado, é  
1109 uma questão prejudicial, porque antes de eu entender como funciona todo o processo do  
1110 próprio conselho, como vou estabelecer o próprio regimento que regra ele? Eu me sinto  
1111 desconfortável, porque eu não entendo como é feita esta pauta, porque o regimento diz  
1112 que a pauta deveria ser feita em comum acordo com os conselheiros, eu recebo a pauta  
1113 sempre pronta. Parece que os conselheiros não estão sendo ouvidos dentro desta casa.  
1114 Eu lembro de algumas manifestações de termos que criar uma comissão, uma tripartite,  
1115 relatoria, um calendário, mas aí recebo uma nova pauta que não se apresentou nada e na  
1116 próxima já vamos votar. Ela fere os princípios da democracia que devem reger os próprios  
1117 conselhos. Eu quero ouvir e discutir, não pode ser assim, não é por aí. **Maurício**  
1118 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
1119 **Sustentabilidade:** Conselheira, todas, absolutamente todas as propostas de pautas foram  
1120 acolhidas. Tivemos o plano diretor com a Ada, a pauta de hoje pelo João Marcelo também  
1121 foi proposta por conselheiros. Participação significa ordenação. A sessão passada, há 15  
1122 dias, foi definida a data para apresentação de emendas, foi prorrogado para esta reunião.  
1123 Se não for uma data final não haverá nunca o término e votação. E isto funciona assim no  
1124 mundo inteiro, em qualquer aprovação de qualquer regra do jogo. Então, estamos muito  
1125 tranquilos neste ponto, respeitamos o posicionamento, mas as oportunidades são dadas.  
1126 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**  
1127 **CDH:** Bom, na ata da sessão passada não consta nada e eu considero, inclusive, a sessão  
1128 passada uma questão prejudicial, porque foi feito um pedido por 50% dos conselheiros  
1129 desta casa, que foi ignorado, que não versava apenas sobre a questão de uma limitar, que  
1130 versava também sobre o... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
1131 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu me refiro à ordinária. Desculpa falar em cima  
1132 da sua fala, mas é só por uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular),**  
1133 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mesmo assim, não posso  
1134 deixar de me manifestar sobre a reunião extraordinária, que é o mesmo caso que acontece  
1135 agora, o posicionamento dos conselheiros, 50% dos conselheiros, não foi observado. E  
1136 agora eu me sinto prejudicada, porque as emendas vão ser propostas e não vão ser  
1137 discutidas e avaliadas; ou seja, vamos deixar de aperfeiçoar a própria questão do  
1138 conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
1139 **da Sustentabilidade:** As emendas, todas serão discutidas. E a sua fala de que não  
1140 constou, que não poderia, ela não vem ao encontro do rito do conselho. Eu respeito teu  
1141 posicionamento, Claudete, o não concordar faz parte do processo democrático e está,  
1142 respeitosamente, registrado o seu posicionamento. **Rafael Pavan dos Passos (2º**  
1143 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero solicitar, com base no  
1144 conteúdo da liminar, onde demanda que as extraordinárias sejam decididas pelo conjunto  
1145 do conselho, propor uma reunião extraordinária na próxima semana. Também, já com uma  
1146 proposição de pauta, que é tratar da metodologia de votação e análise do regimento, com  
1147 base nessas propostas e de que forma vão ser colocadas em votação. Em nenhum  
1148 momento foi colocado em debate para a votação de que forma, calendário, etc. e etc. Não  
1149 temos nem calendário, nós definimos um calendário de pautas, que dentro dele deve estar  
1150 a questão do regimento, não é vir como comunicação. A comunicação está vindo só de um  
1151 lado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.**





1152 **1:** Eu também proponho uma reunião extraordinária. Eu vejo que a proposta feita pela  
1153 PGM foi falha, porque não apresentou o papel dos fóruns regionais de planejamento e nem  
1154 o papel dos delegados. O nosso regimento ainda tem falhas e vai continuar. Então, é  
1155 fundamental termos uma sessão somente para a discussão do regimento. Em uma reunião  
1156 eu propus que fosse tirada uma comissão para construirmos e sistematizarmos o  
1157 recebimento dessas propostas. Aí faço coro à fala da Claudete, que não fomos ouvidos.  
1158 Nós estamos tendo problema de funcionamento, Secretário. Isto causa problemas aqui, é  
1159 uma preocupação minha. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos**  
1160 **no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que é uma boa proposta de  
1161 tratarmos em uma reunião extraordinária, também o que sugiro é que essas propostas  
1162 apresentadas sejam distribuídas, porque a pior coisa é receber uma proposta alternativa  
1163 de regimento, tomar conhecimento na hora, aí vamos ficar uma semana discutindo. Nós  
1164 podemos encaminhar nossa proposta por email. Seria bom distribuir todas as propostas  
1165 antes, também fazer um grupo que apresentasse uma proposta ou análise global.  
1166 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
1167 **Sustentabilidade:** Esta reunião extraordinária para a semana que vem, pela complexidade  
1168 dos trabalhos, não sei se vai ser produtiva. Tem um peso ali, e é bom, tem energia ali nos  
1169 substitutivos. A colocação do Conselheiro Hermes é pertinente, a Aline vai distribuir para  
1170 todo mundo as 4 emendas, 2 substitutivos. Também não podemos trazer todo mundo para  
1171 uma reunião extraordinária e não termos um plano bem definido, senão é jogar fora o  
1172 nosso tempo. (Manifestações fora do microfone e conversas concomitantes). Eu sempre  
1173 falo, a cidade nos pauta, os processos que entram, nenhum é escolhido por alguém aqui  
1174 dentro, a cidade anda, a gente querendo ou não. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**  
1175 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Peço *vênia*, Presidente. Concordo que  
1176 temos a pauta da cidade, mas o que está faltando é a pauta colocada pelo próprio  
1177 conselho, das atribuições e definições, o funcionamento. É necessário entender como é o  
1178 funcionamento e a estrutura. Por exemplo, estamos com o conselho andando em uma  
1179 nova gestão e não temos ainda o vice-presidente, nem sabemos como será escolhido,  
1180 porque estamos mudando o regimento. Ele vai escolhido neste ou no anterior? Eu sugeri  
1181 uma apresentação de como funciona a estrutura deste conselho, após isto discutir ponto a  
1182 ponto as propostas do regimento, podem sim ser acrescidas. Não vejo porque limitar. Qual  
1183 o benefício do conselho limitar? Não consigo entender. **Rafael Pavan dos Passos (2º**  
1184 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu entendo que se nós partirmos  
1185 para uma discussão de conteúdo sem que estejamos com as regras de como vamos  
1186 debater bem claras, nós podemos, inclusive, ter problemas no debate do conteúdo. Nós  
1187 precisamos acordar isto antes para evitar que no conteúdo vire casuísmo algumas regras.  
1188 É neste sentido. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação,**  
1189 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Eu, o Felisberto e o  
1190 Adroaldo temos um exemplo no Orçamento Participativo, na discussão da alteração do  
1191 regimento interno. Tem um prazo para a apresentação de propostas, isto já foi colocado  
1192 aqui dentro do conselho. então, as propostas que serão analisadas são as que foram  
1193 apresentadas, até porque venceu o prazo para apresentação de emendas. Se nós  
1194 adotarmos que vai ter alguma alteração na discussão do conselho, aí vai virar uma  
1195 bagunça. Desculpa eu dizer, porque aí eu não tenho nenhuma proposta apresentada e vou  
1196 querer fazer emenda em cima de uma discussão. Aí vai ser difícil. Sou de acordo de  
1197 termos uma pauta para discussão das emendas apresentadas. Não estou defendendo  
1198 ninguém aqui, apenas colocando uma visão de organização. Hoje mesmo, ficamos  
1199 discutindo uma hora e meia um processo simples, que era só pedir vista, trazer na próxima



1200 reunião e votar sim ou não. Está se tornando cansativo. Eu estou me colocando como  
1201 conselheiro antigo, estão cansativas as reuniões e eu não quero que aconteça isso, porque  
1202 daqui a pouco as pessoas vão embora. Agora mesmo, daqui a pouco não vai ter quorum,  
1203 porque as pessoas se cansam de ficarem aqui escutando as mesmas coisas. **Vinícius**  
1204 **Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**  
1205 Essas falas reiteradas sobre a melhor forma de chegarmos a um entendimento, uma  
1206 metodologia, são reiteradas, porque é uma voz que está se colocando à disposição para  
1207 debater e não está tendo um retorno talvez à altura da expectativa. Emerson, tu estás de  
1208 acordo com a metodologia, mas ela não foi votada de que em tal data seria um limite.  
1209 Então, é isso, é discutir a forma, ter o melhor entendimento possível. Então,  
1210 insistentemente as questões vêm para vermos uma forma saudável e evitar entrarmos em  
1211 conflito ali na frente. Seria a melhor forma, discutir a forma para depois entrarmos no  
1212 conteúdo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
1213 **da Sustentabilidade:** Assim, eu tenho repetido, porque parece que não fica claro, o  
1214 objetivo não é impedir discussão, nunca, nunca. O que eu coloco é assim, as coisas têm  
1215 um prazo para acontecer, senão não termina nunca. A apresentação para emendas já foi  
1216 feita, inclusive, prorrogada. Quando tu colocas de ajustes e novas emendas, não entendo  
1217 se está falando de mudar algo que já foi apresentado ou ajustes de conciliação, porque a  
1218 inovação tem limites sérios, tem que ser feito por alteração no regimento, algo assim.  
1219 Ajustes eu não vejo problema, mas quando fala em durante a discussão apresentar novas  
1220 emendas, aí eu vejo restrições, sobpena de não terminar nunca, é o que disse o Emerson.  
1221 Não é atropelar processo, então, que na reunião que vem a gente não paute o regimento  
1222 para que tenhamos todo o tempo necessário para assimilar o conteúdo, o que for proposto.  
1223 Podemos falar de regimento, mas que não seja a proposta inicial de discutir e iniciar a  
1224 votação, para dar um pouco de tranquilidade a vocês. Eu quero justamente tirar esta  
1225 preocupação de vocês, não tenho o objetivo de atropelar nada, mas tenho o objetivo de  
1226 fazer este conselho caminhar e não ficar girando. Proponho desta forma e aí a gente  
1227 encaminha para o término desta reunião. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**  
1228 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** A proposta, então, seria pegar o  
1229 regimento em vigor, a proposta que a prefeitura colocou, colocar todas as outras emendas  
1230 apresentadas. Eu estou propondo uma metodologia. Entendeu? Pega a proposta original,  
1231 coloca as emendas de cada um e vamos lendo todo em conjunto. Aí vamos debatendo e  
1232 questionando. Por exemplo, eu tenho ali uma dúvida, acho que nem é proposta,  
1233 justamente por não termos este momento de debate. Então, é a minha proposta.  
1234 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É  
1235 que o regimento feito pela PGM tem alguns problemas que nós detectamos, por isso foi  
1236 feito pelo pessoal do Sindicato dos Engenheiros, que fez uma análise e fez a proposta. E  
1237 nós trabalhamos em cima de um regimento que tinha sido apresentado, baseado no  
1238 decreto que havia, só que o decreto foi questionado. Então, no momento em que tem o  
1239 questionamento do decreto nós estamos ainda, na minha interpretação, no decreto anterior  
1240 e não no novo. Alguns pontos do decreto novo foram questionados e dada a liminar.  
1241 Então, nós temos problemas quanto ao nosso regimento. O que está valendo, na minha  
1242 opinião, é o regimento anterior. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal**  
1243 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A leitura que a gente faz da prefeitura não é  
1244 este tudo ou nada, o decreto está *sub judice* em três pontos, que ficam pendentes. Então,  
1245 nós temos um regimento em vigor, temos um decreto em vigor, que deve ser interpretado  
1246 em conjunto com a decisão judicial. O que muda é sobre o horário, a suplência da  
1247 presidência que está fora e que além do presidente o plenário pode convocar



1248 extraordinária. É isto. Não vamos dizer que nada vale ou tudo vale. **Rafael Pavan dos**  
1249 **Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu não vejo  
1250 empecilho que não seja tratado na próxima reunião o conteúdo do regimento, até para que  
1251 a gente possa ler e pensar. O que sugiro é que a gente discuta na próxima a metodologia.  
1252 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
1253 **Sustentabilidade:** Eu peço que vocês não fiquem preocupados de que serão obrigados a  
1254 votar na próxima reunião, se tivermos pontos a esclarecer vamos esclarecer. Quando o  
1255 Campani disse que não tinha os dados no processo eu me preocupei, porque eu não  
1256 posso permitir que vocês sejam expostos, assim como me preocupei com a Conselheira da  
1257 METROPLAN. Nós não podemos expor os conselheiros desta forma, porque causa um  
1258 constrangimento que temos que evitar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**  
1259 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E por que não deixamos como foi  
1260 pedido antes, que uma comissão faça esta compilação, apresente e a gente estipula uma  
1261 metodologia? Não considero que haja inovação porque eu não conheço nada do que foi  
1262 colocado. Não vejo porque a limitação de não poder fazer acréscimos durante a discussão  
1263 para melhorarmos este conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
1264 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Comissão eu vejo como  
1265 excludente. No momento que a gente diz que três vão decidir sobre todos, é um processo  
1266 excludente. A proposta inicial sempre foi pautar isto em plenário. **Claudete Aires Simas**  
1267 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O que o Presidente  
1268 pensa como excludente eu penso como participação. Os membros do conselho é que  
1269 fazem e não a secretaria. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
1270 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A gente não faz, não impõe, a gente coloca para  
1271 que o conselho decida. É muito simples. Então, a gente traz todas as propostas e todos  
1272 vão poder se manifestar. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**  
1273 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** São 22h10min, é cansativo, é exaustivo.  
1274 Concordo com as posições colocadas. Já que não podemos ter uma reunião na próxima  
1275 terça-feira, porque foi colocado e o senhor disse que não seria conveniente... (Falas  
1276 concomitantes). Outra proposta, vamos fazer a nossa reunião na outra semana com pauta  
1277 normal e na outra terça-feira, ou seja, um mês, tenhamos uma pauta só para a metodologia  
1278 de discussão do regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
1279 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Vamos liberar a Patrícia e continuamos  
1280 discutindo. Tá, Patrícia. Muito obrigado. **ITEM 6: Término (Às 22h15min).**

1281

1282 **O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.**

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289 **Maurício Fernandes**1290 *Presidente***Aline Brum de Lima***Secretária Executiva*



1291

*Relatora*

1292

1293 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 04/09/2018, com retificações:**

1294 **Linha 03: “Assembleia Extraordinária”. Retificar para “Assembleia Ordinária”;**

1295 **Linha 47: “Então, fica o registro aqui, é um conselheiro muito qualquer atuante no**  
1296 **CMDUA”. Retirar “qualquer”.**

1297 **Linha 236: “A SMDE é parte importante, porque tem este olhar do muito enquanto**  
1298 **licenciador”. Retificar “muito” por “município”;**

1299 **Linha 406: “Quando o Maester foi secretário no governo”. Corrigir o nome, o correto:**  
1300 **Newton Burmeister.**

1301